

ATA N.º 6/2023

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LEIRIA DE 23 DE JUNHO DE 2023

Aos vinte e três dias do mês de junho de dois mil e vinte e três, no teatro Miguel Franco, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Leiria.

Dos cinquenta e um membros que a compõem estiveram presentes os seguintes deputados:

1. Abel de Oliveira Vieira;
2. Acácio Fernando dos Santos Lopes de Sousa;
3. Adriano Barreiro Neto;
4. Alexandra Cristina Pinheiro Carvalho;
5. António Ferreira Pereira de Melo;
6. António Lacerda Sales;
7. Artur Rogério de Jesus Santos;
8. Carlos Alberto Garcia Poço;
9. Célia Maria Magalhães Brogueira Teixeira Afra;
10. Cristiana Duarte Pinto;
11. Eugénia Maria de Jesus Costa;
12. Fábio Micael Costa Bernardino;
13. Fernando Paulo Mateus Elias;
14. Helena Cristina da Fonseca Brites;
15. Hugo Miguel Heleno Morgado;
16. Joana Maria de Brito Cartaxo;
17. José Artur das Neves Ferreira;
18. José da Silva Alves;
19. José Manuel da Cunha;
20. Júlio Paulo Videira de Jesus;
21. Luís Manuel Coelho Prata;
22. Luís Paulo Pereira Fernandes;
23. Manuel António Azenha dos Santos Pereira;
24. Manuel Carreira Bernardes da Cruz;
25. Maria Alexandra Faria Fernandes Silva Seródio;
26. Mário de Sousa Gomes;

27. Mário João Ley Garcia;
28. Marta Sofia Sampaio de Sousa Violante;
29. Nelson Manuel Carreira Ferreira;
30. Oriana Cláudia Ferreira Cristóvão;
31. Paula Cristina Pires Marques Jorge;
32. Paulo Alexandre Jesus Clemente;
33. Paulo Pedrosa Pedro;
34. Pedro António Amado da Assunção;
35. Raul Testa Fortunato Faustino;
36. Sofia da Silva Francisco;
37. Susana Margarida Martins Sequeira Bertão;
38. Telmo Filipe Moreira Marques;
39. Tiago António Leal Duarte;
40. Tiago Manuel Pereira dos Santos;
41. Tiago Miguel Gago dos Santos;
42. Vítor Manuel Casimiro Matos;

Estiveram presentes os seguintes **membros do executivo**:

- Álvaro José Madureira;
- Ana Catarina de Moura Louro;
- Ana Margarida Félix Valentim;
- Anabela Fernandes Graça;
- Branca da Conceição Oliveira e Silva Meireles de Matos;
- Carlos Jorge Pedro Simões Palheira;
- Daniel Rodrigues Marques;
- Gonçalo Nuno Bértolo Gordalina Lopes;
- Luís Manuel da Silva Almeida Lopes;
- Ricardo de Jesus Gomes;
- Ricardo Miguel Faustino dos Santos;

Os seguintes deputados municipais solicitaram a sua **substituição**:

- Céline Moreira Gaspar, substituída por Lina Maria Duarte António;
- Dário Seguro Joaquim, substituído por Manuel Carreira;
- João Paulo Lavos de Moraes, substituído por Hilário Pereira Estrada;
- Maria Margarida Guarda Verdades de Sá, substituído por Olga Sofia Gomes Marques;
- Mário Rodrigues (UF Santa Eufémia e Boa Vista), substituído por Carla Costa (Secretária);
- Renato José dos Santos Cruz, substituído por Ricardo José Cordeiro Abreu;

- Sandro Miguel Monteiro Ferreira, substituído por Pedro João (Secretário);
- Telma Carreira Curado, substituída por Cláudia Alexandra Machado Santos da Silva.

Faltou o senhor deputado José Carlos Matias Filipe, que justificou antecipadamente sua ausência;

Os senhores deputados substitutos Manuel Carreira (CDS-PP) e Hilário Pereira Estrada (PSD) apesar de terem sido convocados faltaram.

A sessão foi presidida por **António Lacerda Sales, Presidente da Assembleia Municipal**, e secretariada por **José da Silva Alves, 1.º Secretário da Mesa**, e **Célia Maria Magalhães Brogueira Teixeira Afra, 2.ª Secretária da Mesa**.

Havendo “quórum”, foi pelo senhor Presidente declarada aberta a sessão, eram **21h20** horas, com a seguinte **ORDEM DO DIA:**

- 1. Relatório do Presidente da Câmara sobre a atividade do Município e relatório financeiro nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Apreciação nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**
- 2. Documentos de Prestações de Contas Consolidadas do Grupo Autárquico do Município de Leiria referentes ao exercício de 2022 - Apreciação, discussão e votação;**
- 3. Reescalamento de compromissos contratuais com diferimento de encargos para anos futuros, relativos a empreitadas da DIGEMP2 – Retificação da deliberação de 02/05/2023, ao abrigo do artigo 174.º do CPA - Apreciação, discussão e votação;**
- 4. Isenção das taxas de terrado da Feira de “Levante” Da Praia do Pedrogão – julho 2023 - Apreciação, discussão e votação;**
- 5. Exposição Temporária “Corpus: Ritualidade, Forma e Presença” – entrada livre para grupos organizados - Apreciação, discussão e votação;**
- 6. 3.ª Alteração ao Plano de Pormenor de Santo Agostinho (Ponderação do resultado da Discussão Pública e decisão de remeter à aprovação da Assembleia Municipal) – Apreciação, discussão e votação;**
- 7. Estacionamento na zona da avenida Papa Francisco – desafetação do domínio público - Apreciação, discussão e votação;**
- 8. Transferência de competências na área da saúde – Para conhecimento;**
- 9. Juntas de Freguesia:**
 - 9.1. Atribuição de Apoio às Freguesias e Uniões das Freguesias do Concelho de Leiria – Alteração das candidaturas dos apoios de despesas correntes**

- e despesas de capital – **Freguesia de Amor** - Apreciação, discussão e votação;
- 9.2. **Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de Leiria e a Freguesia de Arrabal para a promoção de desenvolvimento sustentável - 2.ª adenda** - Apreciação, discussão e votação;
- 9.3. **Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Freguesia de Amor no âmbito do programa “Viver Freguesias”** - Apreciação, discussão e votação;
- 9.4. **Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Freguesia de Arrabal no âmbito do programa “Viver Freguesias”** - Apreciação, discussão e votação;
- 9.5. **Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Freguesia de Bidoeira de Cima no âmbito do programa “Viver Freguesias”** - Apreciação, discussão e votação;
- 9.6. **Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Freguesia da Caranguejeira no âmbito do programa “Viver Freguesias”** - Apreciação, discussão e votação;
- 9.7. **Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Freguesia de Coimbrão no âmbito do programa “Viver Freguesias”** - Apreciação, discussão e votação;
- 9.8. **Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Freguesia de Milagres no âmbito do programa “Viver Freguesias”** - Apreciação, discussão e votação;
- 9.9. **Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a União das Freguesias de Souto Carpalhosa e Ortigosa no âmbito do programa “Viver Freguesias”** - Apreciação, discussão e votação;
- 9.10. **Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a União das Freguesias de Colmeias e Memória no âmbito do programa “Viver Freguesias”** - Apreciação, discussão e votação;
- 9.11. **Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a União das Freguesias de Marrazes e Barosa no âmbito do programa “Viver Freguesias”** - Apreciação, discussão e votação;
- 9.12. **Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a União das Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira**

e Cortes no âmbito da execução de obras diversas – Adenda n.º 11 -
Apreciação, discussão e votação;

9.13. Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a União das Freguesias de Marrazes e Barosa no âmbito da execução de obras diversas – Adenda n.º 8 - Apreciação, discussão e votação;

10. Regulamentos:

10.1. Projeto de Regulamento de Atribuição de Benefícios Sociais aos Bombeiros Voluntários do Concelho de Leiria - Apreciação, discussão e votação;

10.2. Regulamento do Concurso Internacional de Composição Musical de Leiria - Jazz e Música Erudita - Apreciação, discussão e votação;

10.3. Regulamento Municipal de Atribuição de Incentivos à Fixação de Médicos de Medicina Geral e Familiar e Médicos Especialistas Hospitalares no Concelho de Leiria - Apreciação, discussão e votação.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** a todos cumprimentou e deu início à sessão.

De seguida, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** referiu os senhores deputados que solicitaram a sua substituição na sessão e enumerou os seus substitutos.

Continuando a sua intervenção mencionou que a Assembleia Municipal esteve representada em diversos eventos tendo agradecido aos senhores Secretários da Mesa a sua presença em algumas dessas representações. Aproveitou para mencionar a visita, em conjunto com a senhora 2ª Secretária, que efetuaram à CPCJ para poderem ter conhecimento do trabalho que têm feito e também das dificuldades pelas quais passam.

De seguida, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** comunicou que a existência de duas inscrições de dois municípios sendo que o assunto é o mesmo, embora as propriedades sejam diferentes.

Intervenção do munícipe Gil Mónico Cardoso

Transcrição:

"Ora, muito boa noite. 5 minutos é mesmo muito, muito escasso para o assunto que me traz aqui hoje. Boa noite,, mais uma vez, caros dirigentes dos cargos aqui representados, eu trago aqui uma coisinha para ler porque senão vou perder-me porque a história é muito longa. O motivo que me traz aqui hoje tem a ver com o caminho público que dá

continuidade à histórica rua da Malaposta até ao centro da cidade, que ela teria continuidade até ao centro da cidade na história dela e que foi alvo de vosso último processo da Câmara de tentativa de desafetação do domínio público número T136, do ano de 1982, o qual tomei como definitivamente resolvido depois de arquivado desde aquele ano de 82 por duas razões, a 1ª razão tem a ver com o arquivamento de 2 processos, houve dois processos de tentativa de desafetação daquele caminho público, um nos anos 70, na altura mal conduzido processualmente, e outro que é o T136/82 em que ambos os processos foi o edital prontamente reclamado ou denunciado e os processos arquivados. A 2ª razão é o facto de a câmara ter supostamente autorizado o Seminário Diocesano de Leiria a construir uma vedação depois do arquivamento do processo e que vedou o acesso em parte do referido caminho tendo sido, caminho público naturalmente, tendo sido supostamente alterado o traçado do caminho público por possível, só assim o compreendo, acordo com a câmara em alternativa ao seguimento do caminho original, ou seja, a existir o mesmo caminho embora com a pequena alteração no seu traçado final o que para mim não me opunha pois o caminho continua a ter a sua servidão e a sua continuidade. Contudo, em 2019 vim a saber que afinal o assunto não ficou resolvido, portanto nesse ano de 1982, pois soube que outro proprietário do lote confrontante com o referido caminho não consegue obter um bip ou um licenciamento ao que parece porque o tal desvio final do caminho está agora a ser reclamado depois de mais de 40 anos de uso ao público e com iluminação pública lá instalada como particular pelo Seminário de Leiria, ou seja, o Seminário está a reclamá-lo como particular deles tendo sido inclusive colocada logo a seguir ao dia em que fiz uma consulta verbal à Câmara sobre este assunto, assim que soube que ele estava a ser impeditivo do tal licenciamento, foi colocada uma corrente neste troço com um dístico a dizer acesso privado, portanto, a fazer o impedimento ao acesso à via, conforme poderão visualizar uma foto que eu juntei ao meu requerimento dirigido à câmara que passo a mencionar. Ora, verificada esta situação anormal eu prontamente requeri então à câmara logo que soube em 2019, isto já há 4, anos que fosse um assunto, fosse o assunto do referido caminho resolvido em conformidade com o acordado com o então à data vereador da câmara Fernando Carvalho, houve um acordo entre mim e ele por causa de um acesso que seria necessário à Madre Teresa de Calcutá e que implicava também o caminho, este crime público que foi absorvido pelo Seminário, acordo este mencionado no requerimento e que também tem a ver com a autorização do acesso privado à tal urbanização Madre Teresa de Calcutá e que não foi cumprido por parte da câmara, ou seja, acordo que implica a abertura de caminho público pelo seu traçado original ou pelo dito desvio na parte final do caminho onde foi colocada a corrente, a tal corrente que após a entrada do meu requerimento na câmara no dia seguinte desapareceu misteriosamente

logo após a minha entrada do requerimento na câmara. Portanto, alguém terá informado os padres para tirarem de imediato o tal sinal, a tal corrente. Este meu requerimento datado de 2019 até ao momento, lamentavelmente, ainda não teve qualquer resposta, portanto, já lá vão 4 anos, apesar de a câmara ter por prazo de lei, parece, 15 dias para responder. Bem como o outro, bem como outro requerimento, datado de 26 de setembro de 2022, com queixas sobre o edifício que se encontra a ser construído na Quinta da Taborda, sob licença 73/2022, literalmente em cima da rua, como todos já devem ter oportunidade de saber, de ter visto na comunicação social e nos meios de comunicação, sem respeitar as devidas distâncias ao centro da via pública que também, lamentavelmente, o meu requerimento não mereceu resposta até hoje. Ainda sobre o assunto do caminho público fui informado verbalmente pela câmara de Leiria que esta havia pedido um parecer técnico à CCDR Coimbra, mas que cuja resposta tardava o qual resolvi eu oficial aquela CCDR Coimbra em 26 de setembro de 2022 questionando sobre, sobre o assunto da rua, caminho público, o qual responderam de imediato informando que a CCDR já havia reunido com a câmara em 5 de maio de 2022, portanto, praticamente 5 meses antes já haviam reunido com a câmara municipal tendo depois a câmara apenas informado verbalmente, depois de questionada por mim, que a CCDR Coimbra emitiu parecer no sentido de que o caminho sempre foi e continua a ser público e no seu traçado original, ou seja, parte dele está absorvido pela câmara, pela câmara, peço desculpa, pelo Seminário com a construção desse muro de vedação autorizado naturalmente, dispostamente pela câmara municipal. Ora, posto isto parece então que a câmara cometeu um grave erro ao autorizar a construção da vedação do seminário, ao seminário, ao cortar e ocupar de forma privada o caminho público ficando o caminho original vedado o acesso do público ao que aqui se poderá considerar estarmos supostamente perante um crime público. Perante isto, tendo este assunto muitos contornos ficando muitos factos por mencionar e esclarecer nesta minha intervenção aqui, mas estou aqui ao dispor para qualquer esclarecimento que possa haver nesta, nesta, nesta Assembleia e todos estes factos se encontram detalhados no requerimento à câmara submetido no ano de 2019 sobre o processo T136/82, aqui já referido, esperando eu que os membros desta Assembleia já tinham tido a hombridade de ter conhecimento desse, desse seu conteúdo desse requerimento, mas, dizia eu, perante isto, sendo eu confrontante interessado na continuidade do caminho público e com certeza também do interesse do público em geral, nomeadamente os residentes na urbanização Madre Teresa de Calcutá, bem como do interesse do senhor Rocha que parece não ter ainda conseguido resposta ao seu pedido de licenciamento, ao qual a câmara não deu ainda resposta e estando neste momento o seminário a ocupar e a vedar em parte o caminho público em causa vem requerer aqui a esta Assembleia explicações sobre este assunto de

extrema gravidade que afinal e incompreensivelmente parece ainda estar por resolver e que deverá ser resolvido com a maior urgência possível dado estar em causa supostamente um crime de natureza público ao que os dirigentes da câmara tendo conhecimento têm o dever imediato de promover a sua resolução e por força da lei até participar ao Ministério Público como crime público ou será que terá que ser participado por terceiros como crime semipúblico e, neste caso também participado crime por omissão do Presidente da Câmara por ter conhecimento e não ter agido no seu devido tempo? Concluindo, tendo V^{as}. Ex^{as} com certeza conhecimento dos deveres de cumprimento da lei e da tutela administrativa informando também que tenho à disposição a ministra da coesão e territorial a quem poderei recorrer dirigindo-lhe uma queixa ou até mesmo participar como crime semipúblico ao Ministério Público. Deixo aqui exposto este assunto dando conhecimento destes factos a esta Assembleia esperando que esta tome os devidos e necessários procedimentos. Queiram, por favor, explicar aqui o porquê de tanta inércia na resolução deste assunto de extrema gravidade tendo já a câmara um parecer conclusivo da CCDR Coimbra desde 5 de maio de 22, do ano de 2022, comprometendo-se aqui esta Assembleia ou esta câmara com um prazo para a resolução final com resposta escrita aos requerimentos submetidos à câmara de Leiria. Muito obrigado, é difícil em 5 minutos...”

Intervenção do senhor Presidente da Assembleia Municipal

Transcrição:

"Muito obrigado, senhor Gil Mónico, não foram 5 minutos, foram 8 minutos e 43. Eu pedia também aos senhores munícipes que tivessem atenção, de facto, ao tempo embora, obviamente, haja sempre alguma, alguma tolerância. Eu sugeria que como estamos perante o mesmo assunto, embora propriedades diferentes, dessemos agora a palavra à munícipe Maria Isabel Rocha para que depois o senhor Presidente da Câmara pudesse responder, ou em quem delegasse, pudesse responder em conjunto. Faz favor, senhora Maria Isabel Rocha."

Intervenção da munícipe Maria Isabel Rocha

Transcrição:

"Boa noite a todos.

Senhor Presidente da Assembleia, senhores deputados da Assembleia, senhor Presidente da Câmara e demais membros do Executivo, senhores Presidentes de Junta, o que me traz aqui hoje, como já foi dito é o mesmo assunto, o pedido de desobstrução desse caminho público, porquê? Eu, Maria Isabel Azevedo Rocha, marinhense, nem sequer sou leiriense, mas através do marido sou proprietária, eu e a família, de uma propriedade, de um terreno sito na Cova do Picanço, junto ao seminário diocesano, terreno esse que foi adquirido, comprado pelo meu sogro, o senhor Florindo Inácio Rocha, que muitos ainda se lembrarão,

pelo menos um bocadinho mais novos que eu, e porquê? Porque ele comprou o terreno em 1949 nem eu era ainda nascida, acho que isto é importante porque é essa realidade e na escritura que nós possuímos, a família, está lá escrito que a ponte tem acesso a caminho público, pronto, estou só a tentar dizer aquilo que praticamente talvez falte, praticamente o senhor Gil Mónico já disse muito, confrontação que ainda hoje possui, claro, o terreno não mudou, está no mesmo sítio e esse caminho dava acesso a várias propriedades. No ano de 54 existia um plano de urbanização para a zona da Cova do Picanço que incluía um caminho transversal à rua Joaquim Ribeiro Carvalho e é esse caminho o outro caminho, portanto, é o caminho público, eu chamo a este o caminho transversal porque este está lá, foi o tal que foi colocada a tal sinalização a proibir. No ano de 62 e seguintes, com o licenciamento da construção do seminário, a Comissão Diocesana pediu o desvio do caminho público para outra localização. Na sequência, os serviços camarários encetaram diligências para desafetar o mencionado caminho do domínio público e aí surgem os tais editais, 70, acho que o primeiro foi 74, o senhor Gil falou de 82. O meu sogro invocou que ficava sem acesso ao terreno e, portanto, as reclamações foram apresentadas. Claro que não é este, não era este o executivo, nem em 74, nem em 82 que tomaram as decisões que mais prejudicam os proprietários, mas a instituição Câmara é uma e, portanto, tem que ter o mesmo, considero respeito, por todos os munícipes e haverá haver alguma que altere, resolva, resolva ou reponha a verdade numa situação, nesta situação. Apesar deste há outro caminho adjacente, o que é que toda a gente pensou, como o senhor Gil pensou? O que ficou na ideia é que aquele seria uma alternativa ao caminho público, dava acesso, tudo bem, esse até com iluminação pública daí a interrogação, se tinha iluminação pública como é que íamos pensar que afinal aquele terreno não seria público e servia assim de acesso ao terreno em causa. Com o tempo, o seminário foi adquirindo vários terrenos adjacentes ao nosso e ao do senhor Gil, construiu muros de vedação, cortaram a passagem pelo, aliás, o mapa deixem-me só acrescentar, os acrescentos é que roubam os minutos, mas eu deixei uma cópia para cada líder de bancada desde do que estou aqui a ler e também do mapa antigo que tem o caminho que depois foi mesmo em cima do caminho que ficaram as instalações do seminário e o tal outro caminho transversal onde eu vejo muitos carros estacionados, há pessoas que estacionam ali até ao tal dia que o senhor Gil falou, que eu também tive conhecimento de ser fechado e, aliás, a própria diocese, que fui a uma reunião, me disse aquele terreno não é público, aquele caminho, o caminho transversal do que eu disse-lhe que sempre achámos que tinha ficado aquele caminho visto que tinham ficado a ocupar um caminho público na sua maior extensão e foi dito, "...não, não, nós é que pela consideração que temos pelo seu sogro, frisou isto várias vezes, é que nunca o vedámos porque pela consideração..." voltou a dizer "... para ter acesso ao

terreno...” eu disse-lhe, pois, não sei como é que cumpríamos as regras de limpeza do terreno se não tivéssemos acesso ao terreno. Bom, foi adquirido, como eu disse, como consequência das omissões e decisões erradas da autarquia, o terreno de que somos proprietários é agora uma espécie de ilha que estoicamente continua a não ser propriedade do seminário, este e o do senhor Gil. Desta forma foi criado uma espécie de chantagem administrativa sobre o referido terreno e seus proprietários, o exercício do direito de propriedade está cortado, estamos cercados pela prepotência de terceiros e pela decisão camarária não dispondo, à semelhança de qualquer privado, qualquer poder negocial. É disto prova a decisão da Câmara quando fizemos a proposta, portanto, de uma urbanização para aquele terreno. A parte técnica foi toda aprovada, mas depois vem a decisão final, pedimos um 1º parecer, vem até com um verbo estranho, consta-se, consta-se, porque é que iriam indeferir o projeto? A razão do indeferimento porque consta-se que não há, não existe caminho público, não há infraestruturas porque aquele caminho não é público, consta-se, é o termo que está no documento camarário com o fundamento da inexistência de infraestruturas apesar do terreno nunca mudou de sítio e confrontar, continua a estar escrito, confrontar, está no registo que é um caminho público. A propriedade, o terreno está assim encravado. Pela atuação do seminário temos que reconhecer pela alguma convivência e omissão ou omissão dos serviços camarários porque continua a confrontar com o tal caminho público, sempre tivemos caminho de acesso à propriedade, inicialmente era o caminho público que percorria a extensão do terreno e posteriormente, pelo tal caminho transversal, foi para as duas entidades os tais ilhéus que ali estão o tal caminho transversal à rua Joaquim Ribeiro de Carvalho. Depois é que soubemos, depois daquele indeferimento, reuni, pedi uma reunião novamente no seminário e voltaram a dizer “...não, realmente foi sempre por consideração, lá vem a velha história do seu sogro, porque aqui dentro até há muita, muita opinião de que temos que vedar porque aquilo é nosso...” e depois, por último, disse-me “...ai, a Câmara que lhe resolva o problema...” Recentemente, depois soubemos, tivemos conhecimento, de facto, a Câmara solicitou e acho que veio o parecer da CCDR Centro que considerou aquilo que o senhor Gil já disse, mas eu só soube pelo Senhor Gil porque o senhor Gil escreveu pessoalmente, eu, a família, os proprietários, senão eu nunca teria conhecimento, não, não teria conhecimento nem por escrito, nem oralmente de que a CCDR tinha considerado ilegais, portanto, os, os editais, para já o 2º porque ao existir um segundo edital anula o 1º e em seguida dizendo que cabe, integram o domínio, acontece que o seminário já vedou temporariamente e agora onde é que eu ia depois da CCDR? declaro, assumiu, considerou que, de facto, nunca tinha sido desafetado do domínio público remetendo para a Câmara a resolução da situação, eu penso que isto é um bocadinho óbvio, portanto, claro que não foi o atual executivo que deixou construir o

seminário em cima do caminho público, mas eles estão lá e, portanto, tem que haver, parece-me, um grande esforço de resolução. Cabe às Câmaras Municipais determinar alterações aos caminhos públicos sendo caso disso, quer desafetando-os do domínio público, quer alterando a sua implantação, quer praticando sobre eles os atos indispensáveis e necessários para a sua conservação bem como a preservação da sua utilidade pública. É nosso parecer que cabe à Câmara de Leiria repor o caminho público junto à rua Joaquim Ribeiro de Carvalho, bem sinalizado e iluminado enquanto caminho municipal. Cabe-me a mim junto a esta Assembleia expor a situação, exigir um tratamento, não estou, não me considero estar a pedir nada à Câmara, é um tratamento igual e não de um sentir diminuído pela administração autárquica na defesa dos legítimos direitos do proprietário do terreno e, portanto, vou terminar solicitando à Assembleia que no exercício das suas competências, que também tem, que é acompanhar e fiscalizar a atividade da Câmara nesta matéria. Obrigada pela atenção. O mapa que eu deixo já referi, mas era só chamar apenas, já não se lê nada, isto é tão antigo da legenda, eu coloquei o terreno destacando a casa do Senhor Bispo, o seminário, o tal caminho, o tal caminho público que era bastante extenso. Muito obrigada a todos.”

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal

Transcrição:

“Muito boa noite a todos. Queria cumprimentar o senhor Presidente da Mesa, os deputados, o público que está hoje a assistir, quer presencialmente, quer através da internet. Tive oportunidade de reunir já com o senhor Gil Mónico Cardoso, salvo erro no dia 28 de abril, onde me foi apresentada esta situação que como já foi aqui relatado começou há mais de 50 anos e que é um processo que se arrasta não é por um Presidente, são por muitos Presidentes e, portanto, aquilo que nos estão a pedir passado este tempo todo em que há várias, várias decisões, avanços, recuos é que haja, se reponha a verdade e se resolva o assunto, pronto. Primeiro, temos de apurar onde é que está a verdade e depois de apurar a verdade tem que se resolver e aquilo que eu disse ao senhor Gil Mónico volto aqui a dizer, perante uma situação desta, desta complexidade jurídica em que não há certeza absoluta de qual é a decisão que havemos de tomar, que só se deve decidir, e a Câmara é nesse aspeto não terá qualquer tipo de problema, eu não tenho qualquer problema em decidir, se existir no tribunal uma resposta clara a todas estas dúvidas, nomeadamente todo o processo que encaminhou de avanços e recuos, conforme já explicaram, aquando da instalação do seminário, de facto, estava desenhada uma, uma rua, uma estrada, salvo erro a estrada da Barreira onde se atravessava o terreno onde hoje está instalado o seminário e que houve, por várias tentativas, avanços e recuos para que essa estrada passasse a estar dentro da propriedade do seminário e que se construísse a

tal estrada que servia de alternativa à propriedade sobretudo da família da senhora Isabel Rocha por aquilo que me parece porque a propriedade do senhor Gil Mónico, em termos de acesso, está servida da parte de cima, embora não seja suficiente, portanto, tem razão em reclamar um acesso melhor, quer por cima, quer por baixo, mas em termos de ficar mesmo verdadeiramente prejudicado nesta situação é a senhora Isabel Rocha e o parecer, a informação que eu tenho, o parecer que foi solicitado à CCDR na tentativa de tentar clarificar a situação das diversas decisões que houve, uma em 74, outra em 82 em que não é, não ficou claro que o tal caminho que foi criado, eu não sei se vocês todos estão a localizar a situação em concreto, se quiserem eu tenho aqui no Google Maps (podes passar aqui atrás?) e assim também as pessoas em casa assistem e, portanto, eu não se isto está a passar, não? Já aparece? No fundo, muito mais em cima, é isto, não é? Salvo erro, o da senhora Isabel é mais para baixo, mais para aqui para este lado, pronto. A tal estrada que a senhora Isabel e o senhor Gil Mónico reclamam como pública, que foi construída como alternativa à tal antiga, nota-se aqui agora, aparentemente seria esta, não é? Portanto, que esta foi construída para substituir esta, pronto. A questão é que o seminário diz que esta estrada não é nada pública, que é deles e se ela fosse pública já se conseguia licenciar a proposta ou as propostas de construção aqui, ficaria por resolver depois a interceção com esta rua que também tem uma outra história que me foi contada pelo senhor Gil Mónico. Sim, sim, mas esta rua ainda existe, esta não está impedida de passar só que é muito estreita, foi aquilo que me explicou, pronto. Como nestas, como devem perceber nestas situações tão antigas em que o enquadramento legal evoluiu ao longo do tempo, parece que houve uma intenção clara de criar condições para que o seminário pudesse ter aqui uma oportunidade de se instalar e que a Câmara nas diversas tentativas tentou que isso acontecesse, também ficou claro que das tentativas houve tentativas e falhas, recuos e que houve sempre, pelo menos nestas alturas não havia tanta capacidade de escrutínio ou de oposição quando as coisas eram colocadas em discussão pública embora, pelo o que o senhor Gil Mónico me disse, o seu pai reclamou no momento em que houve discussão pública relativamente a esse caminho, portanto, que resultou depois em recuos. Aquilo que eu queria transmitir sobre esta matéria, eu sou sensível a este assunto, que me foi apresentado pelo senhor Gil Mónico, já o vereador Ricardo me tinha apresentado, naturalmente, se não conseguimos uma base de entendimento entre aquilo que é a versão do seminário e a vossa, um consenso, eu só vejo uma hipótese que é, de facto, conseguirem encontrar uma solução em tribunal em que alguém que não seja nenhuma das partes interessadas ou envolvidas, onde a Câmara também é envolvida e pode ter errado, pronto, o parecer, a informação que tenho, é que o parecer para além de não ser vinculativo também não apresenta de quem é que é a responsabilidade, não é? Pronto, e a CCDR não

tem capacidade de decidir **(gravação impercetível)** Pois, certo, bem, mas como foi aqui transmitido pela senhora Isabel Rocha e eu não estive na altura, não sei como é que foi negociado, aquilo que a versão do seminário é que isto não é público, isto é nosso, só fizemos isto por atenção que temos ao seu sogro, portanto, andamos aqui onde é que está a verdade? Onde é que está o apuramento? Eu gostaria, para mim, se eu estivesse no lugar do seminário tinha o problema resolvido porque não haveria grande problema em garantir que aquela estrada servisse a sua propriedade, mas eu não estou no lugar deles e não sei qual será o seu histórico. Por isso, aquilo que eu tinha dito ao senhor Gil, diga? **(gravação impercetível)**. O caminho antigo, o caminho antigo pode-se recuperar, teria que se esventrar o seminário, não é? Porque, entretanto, bem, a não ser que seja isso que defendam, estão a dizer isso mesmo, não sei, é fácil de decidir, não é, pois não? Então estou mais tranquilo, pensava que só eu é que estava a ser ponderado, então agradeço-vos os apertes que isto é muito bonito para quem está na oposição é tudo fácil, mas quem tem de tomar estas decisões ou toma uma decisão verdadeira e justa, e eu confesso que sou sensível às vossas preocupações, mais à da senhora Isabel porque, de facto, fica impedida de acesso ao seu terreno, o senhor Gil Mónico também fica prejudicado porque, claro, o senhor Gil Mónico tem acesso através da rua Joaquim Ribeiro Carvalho à sua propriedade, poderá em qualquer momento construir vindo desta estrada, mas se conseguir ter **(gravação impercetível)**, sim, sim, pois, é capaz de ser, agora todas as estradas municipais pelos vistos são privadas. Só para lhe dizer o seguinte, o que eu posso fazer é fazer uma diligência com o seminário, nunca falei com eles sobre este assunto, e poderei fazê-lo e sensibilizá-los para este tipo de ação, é aquilo que eu acho que se não conseguirmos, eu acho que terá que haver em tribunal uma apresentação das partes sobre a situação e a seguir terá que haver uma sentença e a Câmara cumprirá, até poderá a Câmara ser a grande responsável do que está a acontecer, não ponho isso em causa, mas era isso que tinha proposto ao senhor Gil Mónico, que era pensar numa dessas soluções e ficaria com esse compromisso de conversar com o seminário sobre este assunto porque nunca abordei pessoalmente como Presidente da Câmara sobre esta situação, embora já tenham existido reuniões anteriormente que foram inconclusivas.

****** PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA ******

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** iniciou este período referindo a existência de uma recomendação apresentada pela Iniciativa Liberal tendo dado a palavra ao senhor deputado Telmo Marques.

Recomendação "Informação e Transparência na gestão do Património Municipal"

Intervenção do senhor deputado Telmo Marques - IL

Transcrição:

"Muito obrigado, senhor Presidente, na sua pessoa os meus cumprimentos a todos.

Vou passar então a ler a recomendação que foi apresentada à Mesa desta Assembleia. Muito do património municipal, terrenos, edifícios com diferentes fins e em diferentes estados de conservação, fruto de decisões tomadas por sucessivos executivos ao longo de décadas, em parte está cedido, seja a título oneroso ou gratuito a diversas entidades, associações, partidos políticos, fundações, etc. ou está devoluto. Atualmente, a Assembleia Municipal de Leiria e as respetivas Assembleias de Freguesia não têm informação atualizada e sistematizada sobre estas cedências, respetivos beneficiários, condições, prazos, nem sobre os devolutos. No contexto atual, e mais do que nunca, é imperativo garantir que todo o património municipal seja mobilizado para a prossecução dos fins de interesse público a que deve estar sujeito e que a sua gestão responda aos princípios da boa administração e da transparência. Os serviços municipais competentes devem organizar e manter atualizadas as listagens dos diferentes imóveis. Pelo exposto, a Iniciativa Liberal recomenda que a Assembleia Municipal delibere instar a Câmara Municipal de Leiria a:

Ponto nº 1 - Remeter a esta Assembleia Municipal a listagem de todos os edifícios e terrenos municipais que se encontrem cedidos a qualquer título que seja a partidos políticos, associações, fundações, IPSS, ONG's e outras entidades terceiras. Nessa listagem devem constar as respetivas condições e finalidade da cedência e que essa lista seja publicada na página de internet da Câmara Municipal para que a mesma possa estar facilmente acessível a quem queira consultar e consequentemente sujeita a um maior escrutínio;

Ponto nº 2 - Remeter à Assembleia Municipal a listagem com a quantificação de todos os edifícios e terrenos municipais que se encontrem devolutos ou sem uso, obviamente sem qualquer georreferenciação para proteção dos referidos imóveis. Senhores deputados, o património do Município é património dos munícipes, os leirienses não têm apenas um interesse também têm o direito a saber qual é esse património, o que existe e em que estado está. Todos temos apenas a ganhar com mais transparência. Muito obrigado."

Intervenção do senhor deputado Acácio Sousa - PS

Transcrição:

"Senhor Presidente da Assembleia Municipal e na sua pessoa todos os deputados e deputadas municipais, assim como presidentes de Juntas e Uniões de Freguesias, Senhor Presidente da Câmara e na sua pessoa todos os vereadores e vereadoras, Munícipes aqui presentes e que nos acompanham online, equipas de apoio e Srs. Jornalistas.

Permito-me, desde já, dizer alguma coisa sobre as duas recomendações da Iniciativa Liberal e do Chega, pois acabam por ser complementares.

Ambas nos parecem um pouco inócuas e redundantes. Não seria preciso votar que as listas dos prédios requeridos fossem apresentadas à A.M. pois é um direito de qualquer cidadão pedir à Câmara qualquer informação sobre gestão da coisa pública.

Mais em particular, quanto à recomendação do Chega, não me parece que o município tenha prédios devolutos sem projeto de ocupação. Ou estão cedidos em qualquer das formas jurídicas que pressupõe o conceito de cedência, ou têm projetos previstos para uso e valorização para a comunidade. De qualquer modo, não vemos qualquer problema nestas recomendações para a CML trazer a informação, pelo que podemos votar a favor. Obrigado"

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a recomendação à votação tendo a mesma sido **aprovada por unanimidade.**

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** continuou referindo a existência de uma moção apresentada pelo CHEGA tendo dado a palavra ao senhor deputado Hugo Morgado.

Recomendação "Análise do Património edificado do Município apto para reconversão ou reabilitação para fins habitacionais."

Intervenção do senhor deputado Hugo Morgado - CHEGA

Transcrição:

"Boa noite. Cumprimentar o senhor Presidente da Mesa, senhor Presidente do Executivo e nas suas pessoas todos os presentes.

Eu não vou ler toda a recomendação porque todos os grupos receberam-na atempadamente e vou ler apenas a súmula que reflete bem o objeto e o propósito da mesma, creio eu. Então, recomenda ao executivo que proceda à análise do património edificado do município de Leiria, identificação dos imóveis vagos com características de aptidão para reconversão ou reabilitação para fins habitacionais. No fundo, esta moção vem um pouco no seguimento de uma outra lançada e aprovada, lançada pelo PS e aprovada por, por esta Assembleia e, por isso é que nos espanta também um pouco que seja agora inócua, mas são visões diferentes daquilo que é política, uma de pôr o ónus em cima do cidadão, se o cidadão quiser que vá procurar e outra, que nós defendemos, de dar esse serviço, prestar esse serviço ao cidadão, mas de resto está tudo bem. Obrigado."

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a recomendação à votação tendo a mesma sido **aprovada por unanimidade.**

O senhor Presidente da Assembleia Municipal continuou referindo a existência de um voto de saudação apresentado pelo BE tendo dado a palavra ao senhor deputado Manuel Azenha.

Voto de saudação "28 de junho – Dia do Orgulho LGBTQIA+"

Intervenção do senhor deputado Manuel Azenha - BE

Transcrição:

"Senhor Presidente da Mesa, permita-me que na sua pessoa cumprimente todos os presentes e todos aqueles que assistem lá em casa.

Eu vou ler porque o voto de recomendação é pequeno, é curto e é, penso, esclarecedor.

Considerando que:

- 1. Durante o mês de junho se celebra por todo o mundo, e também em Portugal, o orgulho LGBTQIA+;*
- 2. Esta data evoca a revolta de Stonewall de 28 de junho de 1969, em Nova Iorque, nos Estados Unidos da América, considerado o acontecimento mais importante para o movimento de defesa dos direitos LGBTQIA+;*
- 3. A Revolta de Stonewall originou as Marchas do Orgulho LGBTQIA+ logo em 1970, que ao longo dos anos se tornaram em momentos de visibilidade e reivindicação destas comunidades, assinaladas um pouco por todo o mundo;*
- 4. Entre maio e outubro são realizadas marchas de defesa dos Direitos LGBTQIA+ em vários pontos do país, incluindo Leiria, com a 3.ª Marcha convocada para 24 de setembro de 2023. Assim, a Assembleia Municipal de Leiria reunida a 23 de junho de 2023, ao abrigo do artigo 9.º, n.º 2, alínea j) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera:*

- 1. Saudar o Dia do Orgulho LGBTQIA+;*
- 2. Saudar todas as lutas de pessoas e organizações que se empenham no compromisso pela igualdade e contra a homofobia, transfobia e bifobia no Município de Leiria. Obrigado."*

Intervenção do senhor deputado Carlos Poço – PSD

Transcrição:

"Boa noite, senhor Presidente da Assembleia, senhor Presidente da Câmara e restantes personalidades, senhores deputados e público em geral.

Surpreende-nos o tema que é trazido aqui para um palco político, trazer uma questão, trazer uma questão, evidenciar uma questão que foi tratada há 50 anos e que hoje está perfeitamente integrada e normalizada na nossa sociedade não nos parece que seja tema para ser necessário fazer qualquer apelo ou reivindicação, seja o que for. Não estão cortados nenhuns direitos a ninguém, não sabemos se se trata de uma minoria ou de uma maioria, portanto, a sociedade integrou perfeitamente o grupo, a comunidade, portanto, não vemos que isto seja assunto, era só esta nota que eu queria deixar."

Intervenção do senhor deputado Paulo Pedro - PS

Transcrição:

"Boa noite a todos. Muito rapidamente para fazer uma sugestão ao proponente desta, desta recomendação, deste voto de saudação pelo seguinte, tenho o maior respeito por todas as comunidades com orientações sexuais diferentes e mesmo os heterossexuais e acho que todos têm orgulho na sua condição, na sua orientação. Custa-me neste texto a utilização, sobretudo na parte final da, da saudação, saudar o Dia do Orgulho LGBT quando podíamos pôr aqui, saudar o dia dos direitos da comunidade LGBT, acho que ficávamos todos muito mais conscientes desta situação e eu que tenho o máximo respeito não só porque são pessoas iguais a todos nós, mas, sobretudo, porque têm que lutar para ser reconhecidos como tal, mas orgulho temos todos e parece-me que esta frase aqui do orgulho, a palavra orgulho aqui podia ser substituída no dia dos direitos da comunidade LGBT e se fosse assim eu tinha tanto gosto em votar esta, esta, esta saudação favoravelmente. Obrigado."

Intervenção do senhor Presidente da Assembleia Municipal

Transcrição:

*"Obrigado, senhor deputado. Não sei se há mais algum senhor deputado, se não havendo ponho, ponho ao proponente a questão se quer votar tal e qual como está transcrito o texto, se aceita esta sugestão e quer fazer (**gravação impercetível**), aceitando então vamos, vamos modificar o sentido do orgulho para o sentido dos direitos, muito bem, muito bem, então vamos com esta modificação no, no voto de saudação, vamos fazer a votação."*

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o voto de saudação à votação tendo o mesmo sido **aprovado por maioria, com 25 votos a favor** (22-PS, 1-BE, 1-PCP, 1-IL), **11 votos contra** (1-PS, 8-PSD, 2-CHEGA) e **12 abstenções** (9-PS, 3-PSD).

DECLARAÇÃO DE VOTO

Intervenção do senhor deputado Hugo Morgado - CHEGA

Transcrição:

"Boa noite, uma vez mais.

Ora, se esta moção fosse sobre saudar o orgulho de ser leiriense ou de ser português ou mesmo se quisermos o orgulho de sermos todos os humanos, independentemente da raça, credo, orientação sexual contariam com o voto do CHEGA. Se esta moção fosse sobre saudar todas as lutas de pessoas e organizações que se empenham no compromisso pela igualdade de todos nós, nos direitos e deveres de todos nós contariam certamente com o voto a favor do CHEGA, mas se esta moção fosse efetivamente sobre liberdade e igualdade de todos e para todos, com o devido respeito, não seria do Bloco de Esquerda. Os direitos são iguais para todos os cidadãos tanto na Constituição da República Portuguesa como na carta dos direitos humanos e não especificamente para grupos minoritários de orientações sexuais ou de género. Da mesma forma que não existe nem deve existir o Dia do Orgulho Heterossexual também não alinhamos na glorificação do Dia do Orgulho LGBTQEA+. As

escolhas são livres e pessoais e não coletivas. Valores como o respeito e igualdade, a liberdade e a tolerância devem ser celebrados como sendo universais e não pertença de qualquer grupo minoritário ou majoritário. No que concerne às escolhas que cada indivíduo possa fazer, quer na sua identidade de género, quer na sua orientação sexual respeitamos em absoluto aquilo que possam ser escolhas e decisões individuais de cada cidadão e que só a eles dizem respeito como também espero que respeitem a minha liberdade de pensamento e opinião, cada vez mais restringida e condicionada quando respeita a estes tópicos porque se por um lado somos cada vez mais livres de sermos diferentes ou sermos o que quisermos por outro somos cada vez mais proibidos de pensar diferente ou pensar o que quisermos. Por isto e por muito mais (gravação impercetível) votámos contra. Muito obrigado.”

De seguida, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** deu continuidade ao “Período Antes da Ordem do Dia”.

Intervenção do senhor Presidente da UF de Colmeias e Memória – Artur Santos

Transcrição:

“Ora, boa noite. Artur Santos, Presidente da União de Freguesias de Colmeias e Memória e se me permitem cumprimento todos os presentes e aqueles que nos acompanham através das redes sociais na pessoa do senhor Presidente.

A 12 de julho de 2022 deflagrou um incêndio na freguesia de Caranguejeira que se propagou por outras freguesias, onde se inclui a União de Freguesias de Colmeias e Memória, tendo ardido só nesta União cerca de 83% do seu território. Como tenho vindo a referir, no meio de toda a desgraça provocada por este evento e minha União de Freguesias foi literalmente bafejada pela sorte, isto porque apesar das condições climatéricas serem altamente favoráveis à propagação do incêndio que é conveniente realçar que são fatores escolhidos em pormenor por um bando de criminosos que continuam impunes na nossa sociedade e que atingem estas proporções porque são incendiários altamente profissionais que escolhem as condições meteorológicas em pormenor e, continuando, o vento soprava ligeiramente para o lado oposto à progressão das chamas, o que evitou uma enorme tragédia que poderia estar muito próximo do que ocorreu em Pedrógão Grande isto porque os cidadãos, na ânsia de protegerem os seus bens, tentam a todo o custo extinguir um incêndio sem terem meios nem água para o fazer encontrando-se encurralados por terrenos infestados de silvas e ervas, em alguns casos com elevado porte, que eram devoradas pelas chamas a uma velocidade vertiginosa. Se os ventos fossem favoráveis e mais fortes posso afirmar com toda a certeza que muitas das casas de 1ª habitação e anexos teriam, seriam,

por certo, dizimadas em conjunto com as pessoas que as tentavam proteger. Não pretendo de todo com esta minha intervenção fazer um discurso de alarmismo e catastrófico, mas alertar para uma realidade e apelar ao senhor Presidente da Câmara, Dr. Gonçalo Lopes, para que interceda junto do Governo ou de quem de direito para que possa ser elaborada e aprovada uma lei com a maior brevidade possível que obriga os proprietários dos terrenos rústicos confinantes com os artigos urbanos e desde que não cultivados, obviamente, a manterem os terrenos limpos até 200 metros de qualquer tipo de construção. Como penso que todos os presentes sabem não existe nenhuma lei que obrigue os proprietários destes, destes terrenos a procederem à sua limpeza. Existe sim uma lei afeta à defesa da floresta contra incêndios que não defende as habitações ou outro tipo de construções, mas sim, a floresta. Tendo em consideração que as freguesias rurais, como é o caso da minha, poucos são os cidadãos que ainda se dedicam à agricultura de subsistência, por isso é urgente que possa ser aprovada uma lei que regule este tipo de procedimentos. Muito agradeço ao senhor Presidente, Dr. Gonçalo Lopes, que tenha em consideração o solicitado e proceda às diligências tidas como necessárias para que a proposta possa resultar em lei. Obrigado.”

Intervenção do senhor deputado Pedro Assunção – PSD

Transcrição:

"Boa noite a todos.

Apresento os meus cumprimentos ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Presidente do Município, e nas suas pessoas cumprimento os Srs. deputados, Srs. Vereadores, Srs. jornalistas, público presente e online.

O PSD vem apresentar uma questão sobre o processo de consulta pública para a construção da nova Central Coordenadora de Transportes de Leiria e as suas várias etapas.

Em julho de 2022 é adjudicado um serviço de consultadoria por 74500,00€: Consulta Prévia n.º 61/2022/DICP – Aquisição de serviços de consultadoria especializada para apoio à formulação do programa preliminar para a construção da nova Central Coordenadora de Transportes de Leiria, reestruturação da rede de transportes públicos urbanos de Leiria e estudo de viabilidade económico-financeira para a contratualização da rede.

Com base nos resultados deste estudo foram apresentadas e discutidas publicamente, em março/abril de 2023, 3 zonas possíveis para a localização deste terminal rodoviário: zona A: Arrabalde da Ponte (junto ao nó IC2/EN109); Zona B: Junto ao Estádio Municipal e Zona C; Rotunda D. Dinis, sendo que nas zonas A e B ainda são consideradas duas alternativas possíveis em cada uma delas.

Acontece que, cerca de 6 meses antes desta discussão pública, em outubro de 2022 é lançado o procedimento de Consulta Prévia n.º 132/2022/DICP - T - 50/2022 – Prestação de serviços de para estudo de caracterização de áreas funcionais adequadas à integração

dos serviços Mobilis na Central Coordenadora de transportes de Leiria. No entanto, a localização definida no caderno de encargos para este estudo (cláusula 22) apenas inclui a zona do Estádio. Adjudicado por 19700,00€ em dezembro de 2023

Daqui resulta a seguinte constatação: em outubro de 2022 a CML apenas estava interessada em estudar a integração do Mobilis na central de transportes com localização na zona do Estádio. No entanto, 6 meses depois, em março de 2023, a CML coloca a discussão pública 3 zonas e um total de 5 localizações possíveis.

A questão que se coloca é a seguinte: tendo sido escolhida a localização do estádio após a discussão pública, a CML passou a ideia para a população de que esse foi o resultado de uma decisão tomada após uma consulta pública, mas, tudo indica que a decisão já estava tomada desde outubro de 2022. Se este foi o caso, então a consulta pública foi uma espécie de farsa democrática, que em linguagem corrente se diz "pra inglês ver". Se não foi o caso, e tendo em consideração os factos e as datas anteriormente apresentados, solicitamos ao Sr. Presidente da CML que esclareça esta Assembleia e a população de Leiria, porque razão apresentou 3 zonas possíveis em 2023 quando já tinha pedido um estudo para apenas uma zona em 2022. Obrigado."

Intervenção da senhora deputada Joana Cartaxo - PCP

Transcrição:

"Boa noite, senhor Presidente da Assembleia Municipal, na sua pessoa cumprimentar restante Mesa, senhor Presidente da Câmara, na sua pessoa os senhores vereadores, senhores deputados, senhores Presidentes de Junta, imprensa, público em casa e toda a equipa de apoio.

É apenas uma saudação aquilo que foi a iniciativa da Câmara em finalmente iniciar o processo de requalificação da escola secundária Afonso Lopes Vieira e também da escola Dom Dinis e, pronto, na esperança clara que este compromisso agora assumido, enfim, não tenha em esquecimento aquilo que aconteceu no centro escolar de Marrazes e, portanto, a lição que tivemos com esse processo e queríamos aproveitar, obviamente, a saudação também para lembrar a necessidade de também de investimento no 1º ciclo e, obviamente, nos jardins de infância que tanto carece aqui no concelho. Muito obrigado."

Intervenção do senhor deputado Abel Vieira – PS

Transcrição:

"Abel Vieira, PS.

Senhor Presidente, permita-me que na sua pessoa cumprimente todos os presentes, quer aqui na Assembleia, quer nos acompanhem pelas redes sociais. Queria-vos falar da Feira de Leiria e da projeção que a mesma traz para a nossa cidade e permitam-me que o faça de uma forma muito pessoal. Desde 2016 que estou presente enquanto operador na praça

da gastronomia na Feira de Leiria, mas não é enquanto operador que vos quero falar, quero-vos falar daquilo que os meus olhos vêm com tantos dias de presença assídua na feira. Parece-me ser incontestável aquilo que a feira cresceu e tem crescido nas suas últimas edições e a reformulação do espaço feito na edição de 2022 é claramente uma aposta ganha assim como nas melhorias de condições que têm sido levadas a cabo. Era visível que a questão da pegada ecológica teria um dia de ser levado em conta e este foi o ano em que se apostou muito neste tema e os resultados estão à vista, 7 toneladas dos resíduos efetuados na feira foram encaminhadas para a reciclagem, o melhor resultado de sempre, e é a Valorlis que o diz. A questão da limpeza e higienização do espaço, na minha opinião, esta foi a melhor edição em que posso testemunhar. O sucesso da feira é notável, correspondeu a mais de 650 mil visitantes, muitos deles vindos de fora, não esquecendo que o programa e os concertos gratuitos em muito ajudaram a este número. A título de exemplo, estive com casal de caravanistas que vieram de Évora e que afirmaram ter aproveitado o decorrer da feira, ouviram na rádio, para vir passar o fim de semana a Leiria pela 1ª vez e conhecer a cidade. Assim, aproveito para dar os parabéns ao Município por este evento que sofrendo este ano de dores de crescimento continuará, esperamos, a projetar o nome de Leiria e na pessoa da senhora vereadora Catarina um agradecimento especial a toda a equipa que fez a feira dia após dia acontecer, disse. Muito obrigado.”

Intervenção do senhor deputado Ley Garcia - PSD

Transcrição:

Ex.mo Sr. Presidente da AM, cumprimento-o e, permita-me que na sua pessoa cumprimente todos os presentes, aqui e através dos meios digitais.

Quando pesquisamos, no site do município, pelas palavras-chave: fogo e incêndio, encontramos a seguinte informação numa publicação de 14 de julho de 2022:

“Todo o concelho de Leiria tem assistido a diversos focos de incêndio na última semana. (referindo-se aos fogos na Caranguejeira)

... O Município de Leiria tem acompanhado a evolução de todas as ocorrências e tem colocado os seus recursos humanos e materiais ao serviço do apoio a todos os profissionais que se encontram no terreno, através da disponibilização de mantimentos e bebida, para além da solidariedade espontânea de diversos munícipes, a quem prestamos o nosso agradecimento...”

De lá até este agora encontramos ainda informação sobre o Projeto de Regulamento de Atribuição de Benefícios Sociais aos Bombeiros Voluntários do Concelho que iremos aqui tratar hoje. Mas não encontramos mais nada.

Assim, solicitamos que o Executivo informe esta Assembleia de quais as melhorias, em termos de prevenção de fogos, que foram levadas a cabo por este Executivo, no âmbito das suas competências na área da Proteção Civil, desde o último ano até à data atual? Obrigado."

Intervenção da senhora deputada Marta Violante – PS

Transcrição:

"Marta Violante, Partido Socialista.

Senhor Presidente da Mesa da Assembleia e na sua pessoa todos os elementos Mesa e os senhores deputados, senhor Presidente da Câmara e na sua pessoa os senhores vereadores, senhores Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia, caros intérpretes de Língua Gestual Portuguesa, staff de apoio à realização da Assembleia, senhores jornalistas e público em geral, boa noite.

Acompanhamos a saudação da senhora deputada Joana Cartaxo à Câmara Municipal de Leiria. No passado dia 13 de junho fomos convidados a visitar a obra do centro escolar de Marrazes que vê, finalmente, ultrapassados os problemas que têm determinado o atraso de anos na finalização da mesma. Este é um investimento financeiro e de esforço importante na renovação do Parque escolar de Leiria e que vem responder a várias necessidades, quer em termos de vagas, quer em termos de qualidade de equipamentos, espaços e materiais que alguns estabelecimentos de ensino da Freguesia de Marrazes vinham sentindo. Ali, alunos e profissionais vão poder contar com um ambiente de conforto para desenvolverem as atividades de ensino e educação para que estão vocacionados, nas melhores condições. É de valorizar neste processo a capacidade do executivo da CM, que tomou em mãos esta responsabilidade de fazer acontecer, negociando com a CCDR Centro e com o Ministério para que assumissem a necessidade deste investimento, um investimento de cerca de 7 milhões de euros.

Nesta visita ficámos também a conhecer os projetos de requalificação das escolas Secundária Afonso Lopes Vieira e EB2, 3 D. Dinis.

Os melhoramentos dos espaços escolares concorrem para a criação de condições que proporcionam e promovem melhores aprendizagens.

Este executivo Camarário tem-nos habituado a significativo investimento na Educação que, agora, se reflete na modernização das estruturas edificadas.

Relativamente aos dois projetos, o investimento total é de cerca de 12 milhões de euros, além das Escolas serem modificadas as suas tipologias, permitindo acomodar nas melhores condições mais turmas/mais alunos, que há muito vêm a ser necessárias e mais ainda no momento atual em que se verificou um acréscimo de alunos por conta da emigração, mas dizia que além deste aumento de vagas, os projetos de requalificação da D. Dinis e da

ESALV vêm potenciar as práticas educativas, curriculares e extracurriculares, melhorar as condições de conforto e fruição de espaços interiores e exteriores e melhorar o nível da eficiência energética, definindo-se como espaços multifuncionais, inclusivos e sustentáveis, como referido na apresentação de dia 13.

Estas duas escolas foram consideradas prioritárias e por isso estão já em fase de projeto. No entanto, continuando a dar resposta ao eixo «Escola para todos e sustentabilidade educativa» da Carta Educativa 2030, está firmado o compromisso de se seguirem projetos de requalificação das escolas E,B 2,3 de Marrazes, Maceira, Caranguejeira, DR. Correia Mateus, Carreira, Colmeias, Sta Catarina da Serra e José Saraiva, bem como a construção de uma nova escola básica na zona de S. Romão.

Temos de nos congratular por o executivo PS estar a cumprir. Mas mais do que isso, por estar concentrado em resolver situações de uma esfera tão sensível para as famílias e tão basilar para a sociedade como é a equidade no acesso à educação e ensino de qualidade.

Disse.

*Senhor Presidente, se me permitisse eu passava já ao outro assunto que tinha também para falar, estava inscrita duas vezes. **(Presidente Assembleia Municipal – Muito bem).***

Gostaria, a propósito da Feira de Leiria, de deixar a sugestão ao executivo da Câmara Municipal de que leve a cabo um reconhecimento público, em tempo oportuno, à Família Penim que se tornou uma marca de referência na Cidade. Esta marca era visível, ano apos ano, nas longas filas de gente que se formavam para comprarem aquelas farturas. Algumas pessoas e famílias foram-lhes mesmo fiéis ao longo dos tempos e muitas iam à Feira de Leiria pelas farturas (Penim), mais do que por outras atrações. A imagem das Farturas Penim tornou-se um ícone da Feira de Leiria. Este foi o último ano de farturas de Penim. Durante mais de 50 anos, Leiria não dispensou as deliciosas farturas Penim, que passaram a fazer parte do nosso património cultural.

Terão sido, provavelmente, os feirantes que mais anos de Feira de Leiria fizeram desde o tempo em que a Feira de Maio (como nos habituámos a chamar-lhe) se realizava em Março! Começaram a fazer a Feira de Leiria em 1970, na altura um bar de bifanas e cachorros. São 53 anos. É o tempo de uma vida. E na verdade, cá, no antigo Hospital de Leiria, por altura da Feira, nasceu um dos filhos do sr. João e da D. Ni.

Os últimos 19 anos, as Farturas Penim só puderam ser saboreadas, deliciosamente saboreadas!, em Leiria, única Feira que a Família fez ao longo destas quase duas décadas. Por 53 anos de história e de histórias das farturas Penim; pelo esforço, pelo empenho, pela dedicação, pelo profissionalismo, pela valorização que trouxeram a cada ano à Feira de

Maio, pelas raízes criadas e por muitos sentidas e, principalmente, pelo talento, fica a sugestão. Disse.”

Intervenção do senhor deputado Hugo Morgado - CHEGA

Transcrição:

Boa noite, uma vez mais.

Ora, é sobejamente conhecido o episódio de violência às portas de um estabelecimento de diversão noturna que fez ressurgir esta discussão em torno da segurança e violência em Leiria. É normal quando surgem estes casos mediáticos surgir uma onda, um pico de indignação e preocupação generalizados, mas depois parece que tudo passa e tudo esquece, mas estas questões não são novas e estas preocupações também não deveriam ser. Leiria ainda é uma cidade segura, mas a palavra-chave aqui a reter é mesmo o ainda porque na verdade Leiria ainda é uma cidade segura, mas tendencialmente cada vez menos segura, infelizmente, e isto sei que é reconhecido e uma preocupação partilhada pelo senhor Presidente porque, quer se queira, quer não esta nova, vamos-lhe chamar assim para sermos simpáticos, esta nova dinâmica social e demográfica com o aumento da população na cidade de Leiria, inclusive, inclusive com a vinda de muita gente de fora acarreta novos desafios e exigências ao nível da segurança para as quais nem os municípios, nem as forças de segurança e entidades competentes estão preparadas para lidar e fazer face e isso começa-se a sentir em Leiria, não vale a pena assobiar para o lado e fingir que nada está a acontecer. Para além disso, Leiria tem uma responsabilidade acrescida, Leiria com um Politécnico reconhecidamente de excelência afirma-se cada vez mais como uma cidade académica e isto é bom a vários níveis, mas traz também novas exigências, nomeadamente relacionadas com a segurança e diversão noturna. Muitos de nós já foram estudantes, uns há mais tempo que outros, mas ainda nos lembramos e sabemos bem que os estudantes têm de ter onde se divertirem à noite e convém que seja em espaços próprios para o efeito. A solução não pode ser encerrar o espaço onde há problemas, mas sim criar as condições de segurança e vigilância para que se evitem esses problemas e essas ocorrências. Prevenir, combater e fiscalizar, cabe ao Município adotar, promover e reclamar a adoção de medidas preventivas de proteção e segurança que nos permita a todos desfrutar da nossa cidade em segurança, de dia ou de noite. Muito obrigado.”

Intervenção da senhora deputada Sofia Francisco – PS

Transcrição:

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal e na sua pessoa permita-me cumprimentar todos os deputados e Presidentes de junta e Uniões de Freguesia. Cumprimento o Exmo.

Presidente da Câmara Municipal e todos os vereadores, cumprimento igualmente todos os que nos acompanham em casa e todos os restantes elementos aqui presentes. Boa noite. A sondagem realizada pelo ICS/ISCTE entre 13 e 28 de maio deste ano, para o jornal Expresso e para a SIC, revelou que os autarcas em Portugal são dignos de confiança. Efetivamente, quando questionados acerca da sua confiança numa determinada instituição, os presidentes de junta e presidentes de câmara tiveram o voto de confiança de mais de metade dos inquiridos.

Sabemos que, pela sua proximidade e pela capacidade de responder às necessidades e pedidos de forma eficaz, o poder local desempenha um papel fundamental junto das populações. Os autarcas estão à distância de um telefonema ou de um email, conhecem os locais onde vive a população, sabem das suas potencialidades ou fragilidades, chamam as pessoas pelo seu nome.

São os autarcas que estão diariamente em contacto direto com as pessoas, com a sua realidade e necessidades. E é por isso que, detendo um conhecimento mais aprofundado das características sociais, culturais e económicas da sua comunidade, são capazes de tomar as decisões mais informadas e adaptadas à realidade que tão bem conhecem. Para além disso, em momentos de festa, como eu assisti o fim de semana passado na minha freguesia, mas mais significativo ainda, em momentos de maior fragilidade, como crises ou emergências, são os representantes eleitos das autarquias que se fazem presença e dão o apoio que as pessoas necessitam.

Aqui, nesta Assembleia, estão presentes autarcas verdadeiramente dedicados às suas comunidades, autarcas que são proximidade e apoio. As pessoas sabem-no e reconhecem. Fizeram-no nesta sondagem, dando um voto de confiança e reforçando, também, a ideia do poder local como verdadeiro pilar da democracia. Obrigada.”

Intervenção do senhor deputado Luís Paulo Fernandes – CHEGA

Transcrição:

Muito boa noite, senhor Presidente, cumprimentar e na sua pessoa todos os presentes. Duas chamadas de atenção. A primeira prende-se com o pedido de auxílio dos munícipes da Freguesia da Maceira que podemos constatar que não sabem bem de quem é a responsabilidade do bairro da cimenteira, da reparação das infraestruturas e que há vários danos nas vias, na via pública, ainda há pouco tempo se comemorou e assistimos aos munícipes preocupados com de quem é a responsabilidade de tomar conta das infraestruturas do bairro da cimenteira. O 2º alerta e, e cautela será para senhor Presidente e a senhora Vereadora da Educação, também nos chegou um pedido de auxílio de, estamos a entrar no período de férias e os jardins de infância, penso que os senhores Presidentes de Junta também devem ter conhecimento deste problema, tem a ver com várias juntas

de freguesia, os funcionários das juntas de freguesia, as auxiliares durante este período ficam sem capacidade, isto porque o Município e os funcionários municipais e as funcionárias que dão apoio porque não há aulas, porque estão de férias as professoras, há queixas que efetivamente poderá não haver a vigilância, poderá estar em causa a cautela junto das crianças porque os funcionários são em número reduzido e há até testemunhos de que vão às juntas ou aos jardins de infância alguns funcionários só picar o ponto. Vamos estar atentos, vamos tentar acompanhar estas queixas, a ser verdade tem que se tomar medidas. por isso nós as trazemos ao local próprio para que as pessoas também algumas delas não sintam represálias, mas o que é certo é que se fala, tem a ver com o cuidado que se quer, que merecemos para tomar conta das crianças alguns funcionários ou por falta de funcionários, o Município, o Executivo deve tomar as devidas medidas a verificar-se e vêm aí as férias e está a seu tempo. Muito obrigado a todos."

Intervenção do senhor deputado Raul Testa - PS

Transcrição:

"Sintam-se todos cumprimentados.

Quando entrámos no século XXI eu ainda não era maior de idade, mas lembro-me bem do sentimento de estarmos à beira de entrada do século de informação e do conhecimento. Se durante alguns anos isso até pode ter acontecido hoje a sensação que temos não é essa. Aquilo que sonhávamos com a generalização da internet era a globalização da informação, conhecimento e da cultura, mas o que verificamos é que vivemos na sociedade da desinformação, da tentativa de negação da ciência e de uma normalização de comportamentos xenófobos, racistas que a extrema-direita tanto gosta. Todos somos influenciáveis, há muitos sentimentos que temos que são formados por toda a informação que nos vem das redes sociais e até da comunicação social e que ou pura e simplesmente são mentira ou, sendo verdade, mostram apenas a parte má do problema porque as boas notícias parecem, infelizmente, não vender nem ter capacidade de gerar likes. Um exemplo muito claro do que estou a falar é a tentativa da extrema-direita de inventar ondas de crime ou ir a zonas de Lisboa onde há uma concentração maior de pessoas de outras cores e de outras religiões para passar a ideia de que estamos a sofrer a grande substituição, uma das maiores teorias de conspiração mundiais que, claro, é mentira. A extrema-direita cavalga estas ondas por si criadas porque sabe bem que o sentimento de que o crime no nosso país está a aumentar, é um sentimento que as pessoas efetivamente têm, não porque seja factualmente verdade, porque não, é não é, mas porque todos nós estamos rodeados de informação sobre todos os crimes que existem apesar de todas as estatísticas e todos os dados que possuímos dizerem que o crime não está a aumentar. Mas esta estratégia de empolar os falhanços e varrer para baixo, para baixo do tapete os sucessos não acontece

apenas com o crime nem acontece apenas com a extrema-direita, hoje em dia esta estratégia vale para fazer oposição seja em que partido for o que é uma clara ameaça à democracia. Em Leiria, por exemplo, por vezes esquecemo-nos do que era o nosso concelho antes de 2009, esquecemos como eram as nossas estradas e avenidas incompletas e repletas de buracos, esquecemos como era a nossa dívida pública maior que o estádio municipal que, como sabemos, é gigante, esquecemos como era o centro da cidade totalmente deserto, com a maioria dos edifícios em estado devoluto, sem eventos nem nada que trouxesse as pessoas e as famílias a pé, a desfrutar da vida e comprar coisas e bens no centro da cidade de Leiria, esquecemos como era o parque do avião, esquecemos da absurda falta de parques verdes que tínhamos, esquecemos quase não havia parques infantis, mesmo assim podia haver mais, esquecemos que apesar do Polis já existir durante anos poucos leirienses o usavam precisamente porque o centro da cidade não era atrativo. Hoje em dia, graças ao trabalho de vários executivos do PS, temos uma cidade vibrante onde ainda no ano passado tivemos 900 eventos, temos um tecido empresarial que passou de 77 milhões de euros em exportações em 1993 para 666 milhões de euros de exportações em 2021 e somos o 5º concelho do país com mais empresas distinguidas pelo IAPMEI o quer dizer que temos alguns dos, alguns dos melhores trabalhadores do país. Temos um corpo associativo invejável que todos os dias e todos os meses e todos os anos faz milagres em todas as áreas, acolhemos 6% da população estrangeira que entra em Portugal e fazemo-lo muito bem. Na consulta popular da Deco de cidades analisadas com melhor qualidade de vida estamos em 2º lugar, apenas atrás de Viseu. No ranking da Bloom Consulting em 2022 somos a 10ª melhor cidade do país para se viver e a 6ª melhor do país para fazer negócios, ou seja, as más notícias chegam a muito mais gente do que as boas notícias, as notícias falsas chegam a muito mais pessoas do que as notícias verdadeiras, logo é fácil nós acharmos que os sítios onde vivemos estão cada vez mais perigosos quando não estão, é mentira. Estão cada vez mais degradados quando não estão, também não é verdade. Quanto ao que o CHEGA aqui nos trouxe pela, pela mão do senhor deputado Hugo Morgado convido o senhor deputado a analisar bem as estatísticas sobre violência em Portugal e em Leiria porque verá rapidamente que não há um aumento de insegurança no nosso concelho nem no nosso país e há aqui outra coisa que eu não posso deixar passar, é que não posso mesmo, não consigo, é mais forte que eu, não é admissível a tentativa de tornar aceitável uma suposta ligação entre receber migrantes e o crescimento do números de crime ou de insegurança, isso não é admissível e tem que acabar, isso foi claramente, essa é a vossa estratégia é a estratégia que o CHEGA Lusa há muito tempo e, portanto, isso é uma coisa que eu não posso deixar passar e que não pode, não pode acontecer. É

importante estarmos atentos e verificarmos se tudo o que lemos ou ouvimos é ou não verdade, obrigado.”

Intervenção do senhor Presidente da Assembleia Municipal

Transcrição:

Senhor deputado José Cunha. Senhora deputada Marta Violante, para que efeito? Sim, pôs a mão no ar para que efeito? Interpelação à condução dos trabalhos? (gravação impercetível) A inscrever? Mas já se inscreveu. (gravação impercetível). Diga? (gravação impercetível) Dentro daquilo que é o tempo do partido, obviamente que pode, pode usar. Muito bem, Marta Violante e Manuel Azenha. Senhor Presidente José Cunha e prepara-se o senhor deputado Acácio Sousa. Prescindiui? Prescindiui, ok. Senhor deputado, senhor Presidente José Cunha.”

Intervenção do senhor Presidente da UF de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes – José Cunha

Transcrição:

“Senhor Presidente na sua pessoa cumprimento todos os que estão a participar nos trabalhos da Assembleia e todos os que assistem cá e em casa.

Muito rapidamente, só para vos, enfim, recordar que o dia 13 de junho foi instituído aqui em Leiria que era o Dia da Freguesia de Leiria. Nós, para isso preparámos uma apresentação de um livro a quem pedimos a colaboração do Professor Doutor Saúl António Gomes que fez uma recolha entre 1450 e 1550, no período de D. João II e D. João III, altura em que foi criada também a cidade e a diocese de Leiria. Como no dia 13 nós não tínhamos ainda os livros prontos, só me foram entregues hoje e, como já não deu oportunidade para convidar todos por vias tradicionais de e-mail estou-me a servir da Assembleia, e peço desculpa por isto, para vos convidar a todos a que amanhã pelas 17 horas, no Celeiro da Caixa Agrícola possam assistir à apresentação deste magnífico trabalho deste período de 100 anos que retrata as nossas raízes de leirienses. Aquilo que vos posso assegurar, aqueles que forem não vêm de mãos a abanar. Boa noite.”

Intervenção da senhora deputada Marta Violante – PS

Transcrição:

“Partido Socialista, Marta Violante.

Eu vinha responder ao senhor deputado do CHEGA relativamente aos períodos das interrupções letivas ou das férias dos professores e não só, como lhe pretendeu chamar. Estes programas de preenchimento de férias no mês de julho naturalmente são geridos pela Câmara Municipal pela contratação de serviços de empresas ou associações que garantem o cumprimento dos rácios legais e são responsáveis pela contratação de profissionais para dar resposta a essa situação. Por outro lado, quem faz a gestão

localmente em cada escola dessas respostas são os agrupamentos e as próprias, e os próprios estabelecimentos havendo situações específicas como as que genericamente falou, eu trabalho numa escola e conheço várias e não conheço assim uma coisa tão generalizada, mas havendo, naturalmente, têm de ser reportadas para serem tratadas especificamente e resolvidas, mas isso não é uma coisa que aconteça, não temos conhecimento de que haja situações assim com essa frequência, como pretendeu passar. Havendo lugar a queixas ou problemas devem ser reportadas para ser resolvidas tão depressa quanto possível porque o acompanhamento das nossas crianças é uma preocupação de todos e cada um de nós e com certeza será da Câmara. Disse.”

Intervenção do senhor deputado Manuel Azenha - BE

Transcrição:

"Senhor Presidente, cumprimento novamente todos.

Eu anseio, gostava de ver o dia em que não tivesse que vir, um dia em que eu não tivesse que vir a esta Assembleia com um voto de saudação a uma comunidade, com um voto de saudação ao Dia Internacional da Mulher, com um voto de saudação ao Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, enfim, uma série de situações e de minorias que ainda merecem aqui o nosso apoio e que merecem que sejam nestes locais chamada de atenção para as suas dificuldades. Assim como o dia da homofobia e da xenofobia porque o que nós hoje aqui assistimos por parte do deputado Hugo Morgado na sua tentativa, do deputado do CHEGA, na sua tentativa de ligar, e disse-o aqui frontalmente, um episódio de violência a pessoas que vêm de fora e as pessoas que vêm de fora, depois fez questão de frisar que os nossos estudantes que também vêm de fora, os nossos estudantes que também vêm de fora e que precisam de espaços de qualidade para que sejam, para que se possam divertir à noite foi uma intervenção que, no meu parecer enquanto deputado no meu grupo, foi uma intervenção xenófoba porque tentou ligar, tentou ligar a violência que ocorreu e a que nós assistimos através das redes sociais a pessoas que vêm de fora e que eu interpretei, corrijam-me se eu estiver errado, como sendo os estrangeiros, como nós sabemos em Leiria que têm sido o contributo para o nosso aumento da população e sobre essa intervenção, o Bloco de Esquerda não poderia manifestar outra coisa que não fosse repúdio. Muito obrigado.”

Intervenção do senhor deputado Luís Paulo Fernandes - CHEGA

Transcrição:

Mais uma vez, boa noite.

Penso que temos 13 segundos para dizer o seguinte, o senhor deputado do Partido Socialista porque falou no grupo parlamentar ou no grupo autárquico do CHEGA, eu penso que está a ser feita uma grande confusão e agora também com o Bloco de Esquerda e eu



também temos que dizer que nós não viemos culpar o Município, mas também não somos culpados dos últimos 12 anos, não é a extrema-direita culpada de tudo, vocês é que nos intitulam como essa extrema direita, nós somos um partido eleito democraticamente e deputados municipais eleitos democraticamente. O que eu quero dizer objetivamente é o seguinte, nós nem culpamos o Executivo Municipal nem culpamos o grupo do Partido Socialista, eu não culpei publicamente e penso que o meu colega também não culpou, há é uma questão que os senhores entendem, mas querem desculpar, mas a seu tempo, o tempo, o tempo será o melhor conselheiro e o melhor, o melhor juiz porque efetivamente os senhores sabem, todos sabemos que a chegada de tanta gente, política de portas abertas, e já são socialistas que o dizem, vai levar a que as forças de segurança não tenham dispositivo, o executivo não tenha culpa, porque aí se calhar vamos ter que falar que o executivo tem culpa por não se manifestar ou não pedir auxílio e dizer o seguinte, os hospitais, porque é que os médicos têm dificuldades? Falem com os médicos, falem com os médicos. Sabem porque aumentou também a população residente, os emigrantes, toda a gente aumentou, se calhar também é um problema e nós não vimos aqui só para dizer que o problema é da política socialista porque, porque a montante está a política de portas abertas. Isto não tem nada que ver com racismo, não tenho problema nenhum em estar com as pessoas, elas têm que vir para trabalhar, têm que vir para nos ajudar porque há muitos portugueses que não querem fazer nada, mas vocês não tratem isto como seja racismo porque o tempo, os leirienses e os portugueses vão-nos dar razão e vocês sabem disso.”

Intervenção do senhor deputado Hugo Morgado - CHEGA

Transcrição:

“É a defesa da honra porque, efetivamente, foi o deputado municipal do CHEGA, Hugo Morgado, que foi acusado de ser xenófobo. Sim, eu acredito que não, que não seja essa imputação que queira colocar até porque, como eu disse no início, tenho toda a consideração por si, mas eu tenho de responder a dizer que xenófobo é não conseguir ter o discernimento para se ver para além dos próprios preconceitos relativamente a outros partidos políticos porque não é, não é extrema-direita coisa nenhuma, hoje em dia tudo o que seja dizer a verdade, ouvir as pessoas e vir para aqui dizer aquilo que é auscultação e que não seja avalizado pelo PS é extrema-direita, é logo, o resto não existe até porque mais ninguém aqui ou 90% das pessoas aqui não concordam que tivesse havido qualquer ligação entre uma coisa e outra ao contrário do que quiseram aproveitar e oportunisticamente trazer aqui para os vossos próprios proveitos. É um facto, ninguém acredita nisso, esse discurso já está gasto, esse discurso já não pega. Eu fiz questão de separar as coisas, eu fiz questão de separar as coisas, nomeadamente o episódio que acho

que também não vai negar, certo? O episódio de violência ou também não existiu? Se calhar também não existiu, é possível, estamos todos enganados, como o aumento da população, que alguma dela vem de fora, é verdade ou é mentira? Traz novas exigências à segurança, é verdade ou é mentira? Vivemos em universos diferentes, em realidades diferentes, o problema é que a população vive nesta realidade não vive na vossa. Muito obrigado.”

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal

Transcrição:

“Muito obrigado, senhor Presidente.

Vou tentar ser rápido relativamente às questões que foram colocadas. Falou-se aqui da questão da Proteção Civil, dos incêndios, falou-se em especial com a questão do enquadramento legal por parte do senhor Presidente de Junta das Colmeias e da Memória, uma nova lei de limpeza de terrenos rústicos, há muito trabalho para fazer nesta área, muito trabalho e muito tem que ser feito, não é feito de um ano para o outro, mas há um caminho que tem de ser percorrido. Mm deles é a questão dos registos das propriedades rústicas, estão a ser feitas, Leiria está em 17º concelho do país com mais registos de propriedades rústicas no âmbito do balcão de atendimento nesta área, mas representa ainda uma fatia muito pequena de todo o universo de matrizes rústicas do concelho, não chega ainda aos 10% o que significa, embora se tenha feito muito nos últimos 2 anos, mas para terem noção ou, de facto, há aqui uma mobilização da população, das autarquias para conseguir registar os proprietários de terrenos rústicos para que possa existir uma lei eficaz, porque não pode haver a lei, mas não se sabe quem é que devemos notificar, não sabemos, não sabemos qual é a propriedade, o proprietário e, de facto, acho que este é um aspeto muito importante e concordo que a limpeza destes terrenos evitariam muitos incêndios. Foi questionado também ainda no que diz respeito à Proteção Civil, para colocar aqui as duas questões juntas por parte do senhor deputado Ley Garcia e a ligação que fez em relação ao incêndio do ano passado da Caranguejeira que teve em termos de intervenção, em termos de área ardida mais de 3400 hectares, mas que não restou, felizmente nenhuma, nenhum prejuízo de vidas humanas nem feridos graves e tive oportunidade, já tivemos oportunidade de fazer o balanço deste incêndio muitas vezes, não foi só um milagre que aconteceu ali foi, de facto, a conjugação também daquilo que é a capacidade da Proteção Civil que estava instalada no terreno, alguma nacional, mas muito do nosso trabalho local que foi feito não só naquele dia, mas nos meses anteriores na gestão de faixas de combustível em algum deste território porque senão teria sido efetivamente muito mais perigoso e com maiores consequências aquele incêndio. Tem sido feito um trabalho muito importante na área da proteção civil, hoje temos mais, quase todas as freguesias criaram os seus grupos de ação local na área da proteção civil, hoje temos a

população mais mobilizada, em muito pouco tempo conseguimos dar formação a todos esses elementos, eles foram fundamentais na prevenção nos períodos críticos, são eles que fazem a prevenção da Mata, são as que nos fazem avisos, são eles que andam nos terrenos, isso foi algo que foi consolidado no meio organizacional com formação nos últimos meses e, portanto, temos mais pessoas a trabalhar nesta área com mais formação. Por outro lado, nas últimas semanas têm sido feitas visitas de reconhecimento pelo vereador com os bombeiros, comandantes de bombeiros, corporações a tudo o que são os pontos de água para saber das condições de resposta, foi criado um novo ponto de água nos, nos Milagres, já está disponível, e temos para a semana visita na terça-feira de manhã a todas as corporações de bombeiros e fazemos também o pré-posicionamento que já temos as corporações de bombeiros pré posicionadas nos pontos de observação nestes momentos mais críticos como são aqueles que vamos viver já para a semana com um intenso calor. Agora, será que conseguimos com isto tudo evitar incêndios? A Câmara, este dispositivo todo? Se calhar não. Tem a ver com o país? Em parte, tem. É pelo país ser mais pobre do que outros países? Não. Estamos a ver incêndios no Canadá, Los Angeles, França, sítios onde não era habitual haver incêndios e estão a existir. Há aqui um trabalho muito grande na área do planeamento e prevenção, no planeamento já falei, que é o ordenamento do território, um trabalho de prevenção que é este, a gestão da faixa de combustível, tornar o nosso sistema resiliente, formar cada vez mais as populações para estas, estas questões da proteção civil, das catástrofes e a catástrofe não é só o incêndio florestal, o que nos preocupa também são as inundações urbanas com prejuízos enormes, também nos preocupa, assim como os vendavais ou com o avanço do mar e, portanto, hoje a proteção civil tem um nível de risco muito mais elevado e, portanto, a nossa preocupação é continuar a trabalhar nesta área, é uma área onde depositamos algum investimento, reforço de investimento, as corporações de bombeiros recebem quase 1 milhão de euros por ano de apoio da Câmara, temos Bombeiros Voluntários e dentro dos Bombeiros Voluntários temos profissionais que são financiados com a ajuda da Câmara e só é possível porque a Câmara ajuda a financiar aqueles ordenados juntamente com o Ministério da Administração Interna e, portanto, temos um sistema que não só protege o concelho, mas protege o país, mas, como digo, não posso garantir que não aconteça nada, mas fica o convite para acompanhar o site da proteção civil do Município onde pode ver as nossas atividades nesta área, mas também estamos preocupados com a recuperação das áreas ardidas. Nós fizemos uma candidatura para que todo aquele território possa ser objeto de uma paisagem em recuperação, com diversos tipos de plantações, estamos a fazer esse levantamento, mas para isso voltamos àquela questão que estava a levantar ainda há pouco que é preciso saber quem são os terrenos voltando outra vez ao cadastro dos terrenos rústicos porque

toda aquela área ardida há algumas pessoas que a gente sabe que é o dono, outros não. Só depois de sabermos todos os donos é que podemos definir um planeamento eficaz, não podemos entrar na propriedade privada sem termos esse, é importante ter esse levantamento, mas estamos preocupados com recuperação, temos essa candidatura apresentada, esse pedido apresentado, temos já um orçamento feito de 800 mil euros, mas também no Pinhal de Leiria fizemos um protocolo com o ICNF que nos deu um talhão com 26 hectares para poder plantar e replantar e tem sido um sucesso porque através das comunidades, das empresas temos recebido apoio e por cada hectare temos sempre uma empresa a querer apoiar e, portanto, vamos pedir dentro de pouco tempo mais um talhão para podermos intervencionar e, portanto, também é uma das áreas que tínhamos dito que nos íamos empenhar, não é a resolução total do Pinhal de Leiria, são muitos hectares que arderam, mas é o nosso contributo e da comunidade para tentar recuperar o Pinhal de Leiria.

Foi aqui apresentada a questão de alguma contradição entre o estudo da central de coordenação de transportes e da sua localização. Foi um estudo que foi apresentado como a matriz de avaliação com várias localidades e depois foi também aqui dito que tinha sido apresentado um outro estudo relativamente à questão do estádio e de uma localização aí de um ponto de paragem e da sua simulação. Esse estudo não está ainda feito e não tem nada a ver com o terminal rodoviário, tem a ver com aquilo que é a preocupação que hoje sentimos entre a ligação entre Leiria e Marinha Grande e com uma estratégia já antiga de criar ali um ponto de chegada e largada para poder criar uma circulação mais rápida entre os 2 concelhos e, portanto, este não é nenhum trabalho que seja em substituição, são trabalhos autónomos, o estudo sobre a localização foi aquilo que foi conhecido e, portanto, foi discutido, foi apresentado, hoje já foi publicado em Diário da República o projeto de conceção do, o projeto, portanto, a contratação da empresa que irá fazer a conceção e projeto do terminal rodoviário, que irá decorrer agora durante as próximas semanas a consulta ao mercado e depois havemos de adjudicar a alguém para o poder planear e é, esse sim, é em sequência do trabalho que fizemos.

Depois foi aqui falar também sobre as questões da segurança e do incidente que aconteceu, infelizmente, à porta de uma discoteca na rua Machado Santos, que resultou numa, numa agressão desumana e que leva qualquer ser humano, independentemente da nacionalidade, a condenar aquele tipo de ação de extrema violência, podia resultar na morte de uma pessoa, esse é que é o essencial, tudo o resto é acessório, no nosso entender, na minha leitura e, portanto, tivesse sido uma raça diferente, uma raça portuguesa, eu nem faço ideia quem é a pessoa que agrediu ou que deixou de ser agredida, não faço a mínima ideia, não sei a nacionalidade das pessoas intervenientes nem me preocupo com isso, nem



me devo preocupar com isso porque ao preocupar-me com isso estou a ter um comportamento, qual? Acho que toda a gente percebe, não percebe? Toda a gente percebe. Isto é tão simples de perceber isto, há criminosos em todo o lado, em todo o mundo há crime e mais, toda a gente conhece os casos das mortes na discoteca em Lisboa. Estamos a falar de condições de pessoas que tiveram carreiras militares e, portanto, não vou fazer agora, o que eu não posso condenar, aquilo que eu não posso aceitar e nós devemos condenar é que na nossa cidade haja pessoas a ter comportamentos daquele género agressivos, violentos que podem resultar em mortes e isso não podemos aceitar e temos de ser muito duros e o que foi o que fizemos quando fomos confrontados com a situação. Contactei o Ministro da Administração Interna, contatei a Secretária de Estado da Administração Interna, disse-lhes qual era a minha, a nossa opinião porque falámos também na 2ª feira todos os vereadores sobre este assunto e dissemos que não podíamos continuar, não podíamos aceitar que existissem situações dessas na praça pública e que aquele estabelecimento não tinha condições de estar aberto, analisámos o que é que estaria ao nosso alcance para o encerrar, nós temos competência no horário de funcionamento e na lotação e estávamos disponíveis para avançar por aí. Da conversa que tive, tivemos com a Secretária de Estado disse, faça uma participação sobre o que aconteceu que nós entretanto havemos de averiguar com a polícia e havemos de tomar uma medida, não lhe posso dizer qual, só depois de analisar este evento e os outros todos acumulados. Posso dizer que o estabelecimento em causa irá ficar encerrado mais tempo do que agora este período e não é a 1ª vez que, que acontece isto em Leiria e no país e não tem nada a ver com o estabelecimento em si. Uma coisa é certa, a paz pública, a segurança pública, a segurança rodoviária naquele espaço está efetivamente em causa. Não quero saber se a culpa é do dono do estabelecimento, se é do segurança, se é da pessoa que estava cá fora, objetivamente ali não há segurança, não há segurança, temos de matar o mal pela raiz até que sejam repostas todas as condições para voltar a abrir. Foi esse trabalho que foi feito, para a semana, a polícia juntamente com a Câmara vai reunir com os estabelecimentos de diversão noturna e vai-lhes dizer que ou têm em atenção estes fenómenos e fazem parte da solução, se os quiserem ignorar pode acontecer à porta do vosso estabelecimento situações idênticas e depois se calhar vai ter que acontecer uma coisa e isso também não queremos, as pessoas têm direito a poder andar à noite em segurança, passear nas ruas, divertirem-se sem ter este receio de poder vir a ser objeto de uma agressão ou estar metido numa confusão sem motivo nenhum aparente e, portanto, vamos trabalhar neste assunto, é um assunto que tem a ver com as dores de crescimento naturais das cidades onde há, de facto, diversão, pronto, acontece, temos que estar preparados, para isso precisamos de atacar em várias áreas, de agir em várias áreas e vamos agir neste aspeto com alguma,

com alguma dureza e se for necessário mudar os horários de funcionamento dos bares iremos mudar, se for necessário mudar a lotação de alguns bares mudamos até que as coisas fiquem mais seguras, pode não ser suficiente, pode ser preciso mais força policial na rua e em prevenção e também estamos disponíveis a trabalhar nisso com a PSP, mas, no meu entender, estes fenómenos têm uma tendência a migrar, não é? A gente fez uma estratégia com a PSP e com a Junta dos Marrazes, não descansámos enquanto não tirámos os tunings da Barosa. Tivemos várias reuniões até definir uma estratégia para a gente conseguir tirá-los dali, eles não desapareceram, eles migraram, migraram para outros concelhos, mas amanhã pode vir a aterrar aqui outra vez na Zicofa, nós vamos ter que agir. O nosso sistema hoje vai ter que ser muito neste, nestes, nestes parâmetros que é, existe, fazer prevenção, acontece, agir rápido entre os diversos agentes intervenientes e, portanto, estou preocupado, estou preocupado sobretudo com as declarações do Diretor Nacional da PSP que diz que Leiria tem que se governar com os elementos que cá tem, que são poucos, são bons, mas são poucos. Temos investimento da videovigilância, as coisas não são tratadas com aquela ligeireza com que foi feito e como tiveram oportunidade de me contar, que eu não estive a assistir. Acho que a PSP merece muito mais naquilo que é a sua liderança sobretudo quando desconsidera as pessoas que estão no terreno todos os dias, onde eu me incluo, os autarcas, os comandantes distritais, os agentes que estão no terreno porque, de facto, há uma necessidade e não é só na PSP que há falta de pessoal. Há pouco houve aqui a intervenção também do CHEGA que fazia uma ligação entre os problemas da saúde e o excesso de pessoas, bem, nós temos problemas na saúde mesmo com muito menos pessoas porque objetivamente não há mão de obra na área da saúde, médicos e está a acontecer com a PSP, com a GNR, em algumas áreas dentro da Câmara também não temos pessoas, ou seja, há muito trabalho público que hoje está numa crise profunda, qualquer dia também a crise dos políticos, isto é tão bom, isto é a melhor profissão do mundo como devem imaginar. Para além de ter o escrutínio do nosso programa eleitoral, das pessoas, etc., etc., qualquer dia também nós temos dificuldade em arranjar deputados municipais, Presidentes de Junta. Há efetivamente uma crise grande naquilo que são as funções públicas que não era tão frequente e tão habitual como agora. Alguém imaginava que havia falta de professores de História e Geografia há uns anos atrás? Isto é um problema gravíssimo e, portanto, não, não podemos extrapolar isto apenas com uma questão, temos mais gente e etc., não é? E, portanto, no essencial era o que eu tinha para dizer relativamente às intervenções. Muito obrigado, senhor Presidente.”

Intervenção do senhor Presidente da Assembleia Municipal

Transcrição:

"Muito bem, muito obrigado. Está aqui o meu 1º Secretário a dizer "Agora é que é". Muito obrigado. Vamos então iniciar o Período da Ordem do Dia antes, porém, eu queria dizer o seguinte, há um ponto que é o Ponto nº 6 "Alteração ao Plano Pormenor de Santo Agostinho - Ponderação do resultado da discussão pública e decisão de remeter à aprovação da Assembleia Municipal", que foi um ponto que o Executivo me pediu para retirar da Ordem do Dia por uma razão, tem a ver com um erro administrativo, vinha um parecer da CCDR apenso a esse parecer, vinha um parecer que não corresponde exatamente ao concelho de Leiria, mas sim a Sever do Vouga, como provavelmente devem ter visto. Entretanto, no início destes trabalhos, eu, enfim, informalmente abordei um ou dois senhores deputados coordenadores dos grupos parlamentares, não todos, e que me referiram que sentiam perceção de que era relativamente inócuo este erro administrativo e que podia ser mantido este ponto. aquilo que eu ponho a plenário e em consideração, quer ao senhor Presidente da Câmara, quer aos respetivos grupos municipais é a possibilidade de mantermos o ponto ou retiramos então, pronto, como foi pedido pelo senhor Presidente da Câmara e eu dava talvez a palavra ao senhor Presidente da Câmara para se referir a este ponto para podermos estabelecer, estabilizar uma Ordem do Dia. Muito obrigado."

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal

Transcrição:

"Portanto, é um ponto que fala sobre o Plano de Pormenor, foram consultadas várias entidades, há um parecer que se anexou na deliberação de Câmara, o parecer não era referente a este assunto em concreto, era de uma outra Câmara, nós substituímos o parecer que temos está na nossa posse, acho que foi enviado e, portanto, se atenderem que foi um erro e que o parecer correto é o que vos enviámos eu manteria o ponto. Se isso gerar alguma dúvida, retiraremos o ponto e virá à próxima reunião. Muito obrigado."

Intervenção do senhor Presidente da Assembleia Municipal

Transcrição:

"Muito obrigado, senhor Presidente.

Perguntava aos grupos parlamentares qual é o entendimento. Se virem que se pode manter o ponto, vamos manter o ponto. Parece que há um entendimento generalizado de que podemos manter o ponto e então vamos manter o Ponto nº 6, mas vamos começar pelo Ponto nº 1 que tem a ver com um relatório, é só para apreciação, que é o relatório do senhor Presidente da Câmara sobre a atividade do Município, relatório financeiro nos termos da alínea c) do número 2 do artigo 25º do anexo da Lei 75/2013. Dou a palavra ao senhor Presidente da Câmara."

******* PERÍODO DA ORDEM DO DIA *******

Ponto 1 - Relatório do Presidente da Câmara sobre a atividade do Município e relatório financeiro nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Apreciação nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal

Transcrição:

"Senhor Presidente, muito obrigado.

O relatório é o relatório que é legalmente necessário apresentar entre Assembleias. Estou disponível para eventuais esclarecimentos. Muito obrigado."

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** passou à apresentação do ponto n.º 2 pois o ponto n.º 1 não carece de votação.

Ponto 2 – Documentos de Prestações de Contas Consolidadas do Grupo Autárquico do Município de Leiria referentes ao exercício de 2022 - Apreciação, discussão e votação;

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal

Transcrição:

"Muito obrigado, senhor Presidente.

Portanto, o que estamos a analisar e a votar é no fundo o somatório, a consolidação daquilo que é o Grupo Municipal Autárquico referente ao exercício de 2022. Em anteriores Assembleias já tínhamos analisado este exercício de uma maneira parcelar, não é? O da Câmara, o SMAS, o teatro José Lúcio. O que se pretende agora com este documento é juntar, consolidar todo este universo e ter uma visão global daquilo que é todas as instituições e entidades em que a Câmara tem responsabilidades de governação. No fundo, o parecer, de uma maneira sintética, o somatório destes resultados indicam-nos que há uma situação económico-financeira do Município controlada, continua a existir saldos de gerência de transição ainda bastante elevados em virtude da fraca execução ou da baixa execução de obras, sobretudo investimento pelos motivos que tive a oportunidade de explicar nas outras intervenções, mas, em especial, devido às questões burocráticas ligadas à contratação pública, mas também àquilo que é a rapidez de execução de obras e também às dificuldades burocráticas que é ter projetos aprovados em tempo, em tempo rápido, hoje qualquer obra municipal obriga a um conjunto, é como, como o licenciamento de uma moradia ou de uma indústria que têm pareceres obrigatórios nas mais diversas áreas, CCDR, quando é coisas da Cultura o Ministério da Cultura, quando são questões

relacionadas, quase todas têm que ir à Proteção Civil para as questões relacionadas com incêndios, portanto, tudo isto concorre para que a obra tenha um ritmo que não era aquele que nós desejávamos.

No que diz respeito às demonstrações financeiras globais e também no que diz respeito aos resultados apresentados têm gasto, têm resultados positivos, controlados, resultados líquidos do período de 5 milhões de euros, portanto, apresenta indicadores, quer financeiros, quer económicos positivos e, que, sobretudo, aquilo que queria deixar como registo principal é um crescimento na taxa de execução das obras, mas que apresenta alguma, alguma dificuldade em concretizar alguns projetos mais marcantes. Há também uma análise que é feita e que já foi feita naquilo que é esta crise inflacionária. Houve dúvidas e nós tivemos que fazer um esforço para que a nossa despesa corrente fosse controlado, ela cresceu, foi compensada pelo aumento da receita corrente, portanto, conseguimos equilibrar, mas com uma preocupação de manter as contas equilibradas sabendo que neste momento esta é uma das nossas principais preocupações, é como controlar a despesa corrente, que é muito difícil porque estamos sistematicamente a ter eletricidade mais cara, aumento de salários mínimos e, portanto, hoje temos muito mais dificuldade em controlar despesa, estamos sistematicamente a ser confrontados com mudanças contratuais ou empresas a desistirem de trabalhar para a Câmara porque os preços subiram muito e os contratos iniciais têm valores muito baixos, temos concursos que ficam vazios em virtude dos preços base que temos terem que ter como conta o histórico, vou dar o exemplo das refeições, ficou vazio, das refeições escolares, ficou vazio porque o preço que tínhamos apresentado era muito baixo, portanto, as empresas que concorreram apresentaram todas preços muito elevados e, portanto, esta é uma preocupação de 2022, irá ser de 2023, felizmente a nossa receita tem-se mantido, tem correspondido muito devido ao crescimento que temos verificado na área da construção, nós temos processos de licenciamento neste mandato, já é igual em 2 anos é igual ao de 4 anos do mandato anterior, portanto, isto tem muito a ver com aquilo que estávamos a falar, eu costumo falar nas dores de crescimento, o crescimento existe e não é só com estrangeiros, é com nacionais. Ainda há pouco estávamos a falar de estrangeiros, sabem quantas nacionalidades há no concelho de Leiria? Eu disse isso na intervenção no Dia do Município, 97. Muitos estão no Politécnico, pronto, mas 97 nacionalidades para uma terra pequenina e para um país pequeno como Portugal é obra, não é? Eles estão cá porque estão, porque têm cá trabalho, têm cá oportunidades, portanto, é a leitura que faço, como é óbvio. E pronto, isto era a intervenção que queria, queria, queria deixar. Muito obrigado.”

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 2** à votação.

Intervenção do senhor deputado Carlos Poço - PSD

Transcrição:

"Senhores Presidentes, tal como o senhor Presidente da Câmara disse, trata-se da consolidação de contas, portanto, é uma soma algébrica dos resultados apresentados já num passado recente, portanto, em coerência pelas razões que nos levaram a votar contra as contas parcelares teremos de votar também contra esta consolidação de contas. Obrigado."

Intervenção do senhor deputado **Pereira de Melo – PSD**

Transcrição:

"Pereira de Melo, PSD.

Na pessoa do senhor Presidente cumprimento todos os restantes presentes e através da internet.

Eu no passado costumava vir aqui discutir os aspetos ligados à utilização dos dinheiros, mas não vou insistir nisso porque nos últimos, digamos, nos últimos 7 anos, o problema é sempre o mesmo, o que eu vinha dizer é praticamente sempre o mesmo de má utilização e agora o senhor Presidente da Câmara diz que a situação está pior, eu não a vejo muito pior porque no passado também era semelhante e as aplicações eram semelhantes. Eu também no passado costumava analisar os documentos sobre o aspeto como eles estavam, escritos como eram apresentados, também desisti disso porque cheguei à conclusão que o documento podia estar escrito como estivesse era sempre aprovado de qualquer maneira e talvez por uma razão é que muitas vezes esse documento não era para ser utilizado, vinha aqui apenas com propaganda e sucede que muitos desses documentos, muitos projetos que aqui vieram custaram uns bons milhares de euros nunca deram nada, vamos ter o Aquaparque, que vai possivelmente terminar da mesma maneira e outros centros desportivos que acabam em terminais rodoviários praticamente e coisas do género, portanto, não vale a pena estar a discutir isso. Contudo, não resisto aqui a uma pergunta ao senhor Presidente da Câmara. No 234/35, fornecimentos e 9, serviços externos apresentar, apresenta-se o detalhe da conta, vamos ver qual é o detalhe. O detalhe tem outros subcontratos ou concessões, 2.000.256, outros serviços especializados, 5.000.880 ora, esta é a maior parcela, das outras, a seguir só temos a da EDP, que é da eletricidade, mas eu gostaria que o senhor Presidente da Câmara me dissesse, pelo menos aqui nos outros serviços especializados, 58 milhões de euros, não, 5 milhões de euros, o que é que isto representa? Porque uma coisa detalhada, um documento detalhado que apresenta coisas assim tão globais, tenho a impressão que realmente os detalhes são, são detalhes um pouco grosseiros, isto já para não falar em outros documentos que ainda virão a esta Assembleia que realmente até têm, são nobres e apoiamos, mas que estão tão mal redigidos, como o ponto 10.3, que, francamente a certa altura não se sabe o que é que se

está a aplicar, como se aplica e tal, mas outra pessoa virá discutir esse assunto. Tenho dito.”

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal

Transcrição:

“Muito obrigado, senhor Presidente.

Sobre esta questão dos “outros serviços especializados”, dos 5 milhões de euros, salvo erro, já tinha respondido também aquando da discussão do relatório. São serviços especializados associados às lógicas das refeições escolares, associado a serviços de vigilância, em princípio é isso, mas posso confirmar. Por exemplo, há pouco estava a falar no contrato de vigilância, segurança e vigilância é 1 milhão de euros, portanto, enquadrar-se numa lógica dos serviços especializados, são os guardas, os seguranças que temos em todos os equipamentos municipais, museus, município, oficinas, por aí adiante, mas também estão incluídos também em princípio nesta rubrica todos os serviços especializados, o acompanhamento das refeições escolares, temos uma equipa preparada nesta área e, portanto, é uma área que tem este tipo de despesa, de grande despesa, por isso, o valor dos 5 milhões de euros. Muito obrigado.”

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 2** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria**, com **35 votos a favor** (32-PS, 3-PSD) e **13 votos contra** (9-PSD, 2-CHEGA, 1-BE, 1-PCP, 1-IL), a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente ao **Documentos de Prestações de Contas Consolidadas do Grupo Autárquico do Município de Leiria referentes ao exercício de 2022**.

Ponto 3 – Reescalonamento de compromissos contratuais com diferimento de encargos para anos futuros, relativos a empreitadas da DIGEMP2 – Retificação da deliberação de 02/05/2023, ao abrigo do artigo 174.º do CPA - Apreciação, discussão e votação;

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal

Transcrição:

“Muito obrigado, senhor Presidente.

A exemplo do que é prática que temos instituído, sobretudo no último ano e neste, e para evitar aquilo que é posição de saldos de gerência muito elevados tendo em conta aquilo que é o período em que decorre ou a obra ou a contratação do serviço para evitarmos essa situação é ao longo do ano, regularmente, os serviços financeiros reunirem com as unidades contratantes e perguntar como é que está a execução do contrato e a partir daí atualizar o

calendário previsto em virtude dos mais diversos atrasos, atrasos de fornecimentos, pedidos que resultam de uma maneira inesperada, trabalhos a menos, portanto, há a necessidade de fazer este recalculado o calendário e, portanto, atirar para anos futuros os mais diversos serviços, bens, contratados e também empreitadas e, portanto, estamos aqui a colocar o novo calendário de execução, o que faz com que se atinja já para o ano uma parte do saldo de gerência e por isso esperemos que no final do ano o saldo de gerência não seja tão grande, não é?"

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 3** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria**, com **34 votos a favor** (32-PS, 1-BE, 1-PCP), **1 voto contra** (1-CHEGA) e **10 abstenções** (8-PSD, 1-CHEGA, 1-IL) a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente ao **Reescalonamento de compromissos contratuais com diferimento de encargos para anos futuros, relativos a empreitadas da DIGEMP2 – Retificação da deliberação de 02/05/2023, ao abrigo do artigo 174.º do CPA.**

Ponto 4 – Isenção das taxas de terrado da Feira de “Levante” Da Praia do Pedrogão – julho 2023 - Apreciação, discussão e votação;

Intervenção do senhor **Presidente da Câmara Municipal**

Transcrição:

"Muito obrigado, senhor Presidente.

isenção de taxas de terrado da feira do levante da Praia do Pedrogão para o mês de julho de 23 é uma deliberação que fazemos habitualmente em virtude da realização de eventos neste período, nomeadamente o Festival da Sardinha e, portanto, por esse prejuízo, por essa situação decidimos habitualmente isentar a cobrança de terrado aos feirantes."

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 4** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por unanimidade** a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente à **Isenção das taxas de terrado da Feira de “Levante” Da Praia do Pedrogão – julho 2023.**

Ponto 5 – Exposição Temporária “Corpus: Ritualidade, Forma e Presença” – entrada livre para grupos organizados - Apreciação, discussão e votação;

Intervenção do senhor **Presidente da Câmara Municipal**

Transcrição:

"Muito obrigado, senhor Presidente.

Como é do conhecimento dos senhores deputados, o Museu de Leiria tem habitualmente na sua zona de exposição temporária vários tipos de exposições. Foi inaugurada recentemente uma exposição intitulada “Corpus: Ritualidade, Forma e Presença”, uma organização conjunta entre o Município de Leiria e a Diocese de Leiria, Fátima em que a equipa conjunta das duas entidades promoveram esta exposição. Como é habitual, sempre que se quer conferir alguma entrada gratuita ao Museu é deliberada e, portanto, uma vez que há grupos organizados por parte da Diocese para visitar a exposição, estamos aqui a elencar essa mesma necessidade de modo que uma vez que são parceiros e responsáveis também pela exposição, portanto, é um pedido que iremos atender. Muito obrigado.”

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 5** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria**, com **47 votos a favor** (32-PS, 11-PSD, 2-CHEGA, 1-BE, 1-CDS-PP, 1-PCP) e **1 abstenção** (1-IL) a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente à **Exposição Temporária “Corpus: Ritualidade, Forma e Presença” – entrada livre para grupos organizados**.

Ponto 6 – 3ª Alteração ao Plano de Pormenor de Santo Agostinho (Ponderação do resultado da Discussão Pública e decisão de remeter à aprovação da Assembleia Municipal) – Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Câmara Municipal** solicitou ao senhor Vereador Ricardo Santos que efetuasse a apresentação do ponto.

Intervenção do senhor Vereador Ricardo Santos

Transcrição:

*“Muito obrigado, senhor Presidente. Cumprimento o senhor Presidente da Assembleia Municipal e na sua pessoa todos os presentes aqui, também quem nos ouve lá em casa. Pedia só, não sei se já se está a ver. **(Presidente Assembleia Municipal – Pedia aos serviços dentro do que fosse possível, provavelmente é questão de computador)**. Então este ponto é referente à 3ª alteração do Plano de Pormenor de Santo Agostinho, este, Plano de Pormenor vai desde a ponte dos Caniços até à zona da rotunda do, do sinaleiro. Esta proposta de alteração do Plano de Pormenor desencadeou-se com, com base numa proposta de alteração de um, de um PT localizado junto ao edifício da Junta de Freguesia e na sequência deste, deste pedido de alteração entrámos na fase de discussão pública entre dia 9 de maio e 3 de junho e nessa sequência foram apresentadas propostas, foram apresentadas reclamações, neste caso concreto das parcelas 83 e 84, uma delas e uma segunda respeitante à parcela 89, por acaso do mesmo, do mesmo requerente, à semelhança daquilo que aconteceu com o Plano de Pormenor do Arrabalde da Ponte que*

começou com um pedido de alteração sobre o lote 2 e que depois mais tarde surgiram outras reclamações também aqui neste, na sequência da proposta de alteração do PT, surgiram então estas 2 propostas de alteração que incidiam sobre estas 3 parcelas. Portanto, a proposta foi iniciada com a alteração deste mesmo, deste mesmo PT, foi feito um ajustamento relativamente ao desenho urbano, ao desenho do espaço público neste, neste local e então as reclamações da parcela 83, 84 que incide sobre este local que vocês estão aqui a ver, que é essencialmente umas ruínas que estão encostadas à ponte, à ponte nova que atravessa o rio e um edifício que está em construção aqui nesta zona, junto às margens do rio, do rio Lis. Destas parcelas, uma das propostas tinha a ver com a planta de implantação onde estava representado um logradouro e que neste caso não houve lugar a correção porque o requerente também não apresentou elementos suficientes que comprovassem essa posse dessa, dessa pequena parcela e que acabou por aceitar, somou outra no que toca à parcela 84, nomeadamente a nordeste, que corresponde a uma área construída que, conforme se pode constatar e verificou-se no local que, de facto, essa construção já existia e que, portanto, fazia todo o sentido ajustar os limites desta mesma parcela tendo a mesma sido aceite. Depois, ainda sobre a parcela 83, retificou-se o afastamento da construção junto à rua de Tomar, estamos a ver aqui este polígono que era proposto para demolição, portanto, aquilo que se acabou por ponderar foi retificar esse mesmo afastamento dos 9 metros e 30 para apenas 5 metros e meio do lancil anterior do passeio à construção. Uma outra alteração tinha a ver com a proposta de aumento de, de um piso, que está aqui indicado a vermelho, e no fundo é, digamos, o alinhamento com a construção que está ao lado e, portanto, era para manter digamos que a mesma, a mesma cêrcea do edifício, do edifício confinante. A outra proposta de alteração incide sobre a parcela 89 que, no fundo, é aquele edifício, antigo moinho junto à Ponte Hintze Ribeiro, havia aqui duas propostas sobre este mesmo edifício, uma 1ª que tinha a ver com, digamos, com a atualização da, da, o enquadramento para habitação, comércio e serviços e uma outra também relativamente ao facto de poder aumentar a cêrcea em cerca de 60 cm que, no fundo, era repor aquilo que tinha sido a aprovação aquando da construção inicial do edifício. Para além disso, propôs-se ainda ampliar a cave fora da zona inundável e foi isso que numa 1ª instância suscitou dúvidas e que foi alvo de um parecer desfavorável da APA relativamente a esta proposta de ampliação, considerou aquela entidade que os dados não eram suficientes para que tomassem uma decisão favorável e nessa sequência o Município de Leiria acabou por prestar os devidos esclarecimentos, houve uma clarificação daquilo que estava em causa e no final, a própria Agência Portuguesa do Ambiente acabou por emitir um parecer favorável depois de o Município ter prestado esses mesmos esclarecimentos, esses mesmos, essa mesma clarificação. Portanto, de uma forma

resumida, esta proposta de alteração do, do Plano de Pormenor incidiu sobre a deslocalização do PT que estava nesta zona e que passou a estar aqui neste local indicado com um triângulo a vermelho, houve o tal afastamento do edifício que estava proposto demolir e que tinha um afastamento de 9 metros e 30 e passou para 5 metros e 50, e também a retificação dos logradouros, tal e qual como o aumento do piso neste edifício, no fundo, era repor a mesma altura que estava definida para o prédio que está em construção ao lado e, como referi, aqui no edifício do antigo Moinho, para além de adaptar a um novo uso era também permitir a ampliação da, da, da cave fora da zona inundável e também repor a cércea com um aumento de 60 cm que, no fundo, era aquilo que já estava definido aquando da construção inicial do edifício que acabou por não haver um cumprimento desse mesmo projeto, portanto, neste, neste caso concreto este aumento de 60 cm é, no fundo a reposição daquilo que já estava construído e de acordo com aquilo que tinha sido aprovado inicialmente. Obrigado.”

Intervenção do senhor deputado Manuel Azenha – BE

Transcrição:

Senhor Presidente, senhor Vereador, vou ser muito breve no que a isto diz respeito. Só para frisar aqui uma questão. Efetivamente, o processo iniciou-se com esta deslocação do PT e daí eu considerar, e penso que todos os deputados que aqui estão, que o parecer da Direção Geral do Território não fazia sentido estarmos a adiar o ponto por causa disso porque esse parecer decidia sobre a questão da deslocação do PT, mas depois, face a estas reclamações, há alteração a estes 2 lotes com que se pretende a construção de mais um piso e a construção de uma cave. Eu não tenho nada contra este pedido de alteração, mas, mas volto a repetir aquilo que me tem trazido sempre aqui a estas Assembleias que é, não há respeito pelo nosso PDM por parte dos promotores imobiliários e estas reclamações que foram feitas, que foram feitas pelo proprietário e por um gabinete de arquitetura, quando apresentam estes projetos já sabem que a Câmara vai ceder nesse sentido e já sabem que a Câmara vai fazer nesse sentido porque tem sido uma prática corrente viabilizarmos toda e qualquer questão que aqui traga relativamente a violações do PDM, seja através de que mecanismo for e o senhor Presidente ou o senhor Vereador ir-me-ão responder e eu digo já que sim que é, efetivamente, ali são precisas obras, vai melhorar o centro da cidade, vai sim senhor, vai dar outro aspeto aquela zona que está uma zona agradável, vai, mas por que razão é que estes promotores imobiliários não apresentam os projetos de acordo com aquilo que é o nosso PDM? Por que razão é que nós estamos aqui sempre a proceder às alterações com base em obras e projetos que são apresentados que violam claramente as nossas leis do urbanismo? Outra questão é a forma como a Câmara diligencia no sentido de ir ao encontro da vontade destes promotores e a resposta que a Câmara dá ao parecer

desfavorável da APA, que merece todo o nosso respeito, é que até o senhor Presidente da Câmara se propõe reunir com a APA para lá ir explicar, eles dizem, eh pá não é preciso, não venha, a gente altera aqui o parecer e é isto que eu penso que está na altura de contrariarmos um pouco, que é sermos um bocado mais rigorosos e obrigarmos então os promotores, sim senhor. Este aumento deste piso, que vai ficar igual ao anterior, na zona em que é vale centenas de milhares de euros. Eu não estou contra isso agora temos é que começar a ser mais rigorosos com isto e deixar de utilizar estes mecanismos sejam do interesse público municipal, do interesse estratégico municipal, da suspensão dos planos de pormenor, da alteração dos planos de pormenor, enfim, que as pessoas e estes promotores fiquem que a ideia que eh pá, espera aí que a gente agora temos aqui uma alteração, vamos lá aqui encaixar mais um piso, vamos aqui construir mais uma casa porque a Câmara vai e aprova isto e era tudo, obrigado.”

Intervenção do senhor deputado Raul Testa – PS

Transcrição:

“Sintam-se todos cumprimentados.

Os planos de pormenor têm que evoluir, e este já era bem antigo, e em algum momento se violou o PDM, senhor deputado Manuel Azenha. Estas propostas de privados que surgiram no decurso do período da consulta pública não desvirtuam o intuito de o plano de pormenor, são pequenos ajustes que foram propostos e incorporados. A Câmara também serve para dar espaço à iniciativa privada e ajustar, de acordo com o necessário, os planos que tem evoluindo na conceção dos próprios planos. Todos os pareceres foram favoráveis, o da ARH foi favorável condicionado ao parecer de recursos hídricos, garantindo a proteção das linhas de água aquando da obra, portanto, parece-nos estarem salvaguardadas todas as condições de segurança e o interesse público no geral. Obrigado.”

Intervenção do senhor Vereador Ricardo Santos

Transcrição:

“Obrigado, senhor Presidente. Só para esclarecer o senhor deputado Manuel Azenha que nem da parte do promotor há um desrespeito do PDM, nem da parte do Município de Leiria há ou haverá incumprimento ou violação, chame-lhe o que quiser, do próprio PDM, como é óbvio.”

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 6** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria**, com **45 votos a favor** (32-PS, 8-PSD, 1-PCP, 1-IL), e **3 abstenções** (2-CHEGA e 1-BE) a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente à **3.ª Alteração ao Plano de Pormenor de Santo Agostinho (Ponderação do resultado da Discussão Pública e decisão de remeter à aprovação da Assembleia Municipal)**.

Ponto 7 – Estacionamento na zona da avenida Papa Francisco – desafetação do domínio público - Apreciação, discussão e votação;

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal

Transcrição:

"Obrigado, senhor Presidente.

O que estamos aqui a pedir, portanto, na avenida Papa Francisco aquando da sua construção, antes da sua construção, foram adquiridos terrenos para poder fazer aquela avenida, abrir aquela avenida. Os terrenos foram utilizados não só para construir, mas para construir taludes, a estrada, no entanto, há um terreno grande cujo seu domínio é privado e que é um terreno valioso, não é? Porque pela sua dimensão e que ao lado desse, dessa parcela privada, portanto, de uso privado, propriedade do Município, existem outras parcelas mais pequeninas que são de uso público e que não estão a ser usadas e não foram necessárias na utilização na construção da avenida. O que estamos a pedir, no fundo, é a desafetação do domínio público desses, dessas parcelas para podermos depois juntá-la à parcela grande que temos para que depois mais tarde, não é nesta reunião, mais tarde, em reunião de Câmara e depois na Assembleia ser votada uma possível permuta da junção destas parcelas que ficarão com o uso privado por uma outra parcela mais acima, de uso privado também, com o intuito de aí podermos construir um estacionamento, um estacionamento público e vamos ter depois de transformar outra vez aquilo que é privado para público, pronto, e, portanto, hoje não estamos a votar isto tudo, estas etapas, mas temos que justificar o porquê desta operação e, portanto, no essencial é este o motivo de estarmos a pedir para que estas pequenas parcelas ou mais pequenas possam ser consideradas desafetadas do domínio público para se juntar à outra que já é do domínio privado, o essencial é isto, obrigado."

Intervenção do senhor deputado Pereira de Melo – PSD

Transcrição:

"Pereira de Melo, PSD.

Estes terrenos, situados ao longo da avenida do Papa, já apareceram, já tiveram discussão nesta Assembleia no passado. Eles foram expropriados por um preço relativamente baixo, a certa altura sugeriu-se que fosse devolvido aos proprietários os terrenos uma vez que não foram utilizados, isso não mereceu consenso e neste momento estamos aqui não para tratar ainda do estacionamento, não estamos ainda sequer a tratar da permuta, estamos apenas a tratar da passagem do domínio público para o domínio privado da Câmara. Isto parece tudo são 3 mil metros quadrados que, no fundo, vão ser permutados no futuro por

3 mil metros quadrados. A proposta inicial que apareceu aqui é que este terreno seria para a Mercadona, neste momento já não é, já vai para a Sarvinhos ou coisa do género. Portanto, os terrenos que vão ser permutados vão ficar para construção, mas se olharmos para os 3 mil metros quadrados, os 3 mil metros quadrados da Câmara têm uma frente para a rua muito superior aos 3 mil metros quadrados que vão servir de estacionamento, como tal pergunta-se se a valorização do metro quadrado vai ser igual porque uma frente bastante larga, bastante comprida para a avenida do Papa para permutar por uma frente bastante restrita para a avenida do Papa, essa frente, neste momento, suponho que já lá tem uma espécie de estrada para ir lá para dentro, para se entrar nessa zona de estacionamento. Acho que uma permuta pura não, não é vantajoso para a Câmara porque vamos trocar se bem 3 mil por 3 mil, mas são 3 mil com o valor por 3 mil com outro valor porque o metro quadrado com uma frente para a, para a avenida tem um valor bastante diferente do metro quadrado que numa zona que é o parque que vai ser uma entrada mais estreita e como tal esse terreno vale menos. Outro problema que se levanta é, isto é pomposamente chamado um estacionamento, mas vai lá ser posto um conjunto de prédios ao longo da avenida e esses prédios vão precisar de estacionamento, quer dizer, a Câmara vai construir estacionamento para esses prédios não é bem para a população de Leiria. Está mais perto das Finanças, mais perto da Câmara Municipal e tal, mas quando lá se chegar, possivelmente, já lá estão os carros todos parqueados, os carros dos edifícios que se construíram, portanto, neste momento, não está em discussão nada disto que eu chamei à atenção, está em discussão apenas a passagem do domínio público para o domínio privado. Agora, de futuro, era conveniente que a gente pense o que é que se vai fazer com isto porque realmente no passado era para a Mercadona, o que levantava problemas, que era mais uma grande superfície que ia prejudicar o comércio local porque a Mercadona, eu conheço-a bem porque em Aveiro existe e é o sítio mais barato em que se pode comprar e com qualidade, portanto, iria fazer muita concorrência, pronto, esse problema não existe já, mas o que vai existir é que vamos construir um parque de estacionamento para quem? e vamos permutar terrenos a custos que possivelmente o metro quadrado tem valores muito diferentes, era isso que eu chamava a atenção. Obrigado.”

Intervenção da senhora deputada Joana Cartaxo – PCP

Transcrição:

"Joana Cartaxo, PCP. Boa noite a todos novamente.

Bom, nós, em, em, enfim, em coerência com aquilo que votámos também, que já viemos aqui falar, até porque este assunto já veio a esta Assembleia no dia 31 de julho de 2018 e também a 12 de fevereiro de 2021 e que na altura até saudámos a iniciativa da Câmara a recuar naquilo que era colocar este terreno em hasta pública agora, lamentavelmente,

vamos ter que votar contra por esta opção porque, de facto, fazer estacionamento público ou porque para fazer estacionamento público é adequado que a posse se enquadre no domínio público municipal e não faz qualquer sentido passar para o domínio público, para o domínio privado do Município a menos que, como aqui já foi dito, haja interesses imobiliários, do foro imobiliário e não do interesse público, portanto, não concordamos também, também já aqui dissemos, em transformar aqueles espaços em parque de estacionamento, salvo numa área reduzida e do ponto de vista não é de estacionamento que aquela zona necessita, mas sim de espaços verdes, aliás, aquele sítio está denominado ou está, estaria mais adequado para espaço de lazer, um espaço verde que, de facto, ali o Bairro do Jericó, aquela zona tanto necessita há tantos anos. Obrigada.”

Intervenção do senhor deputado Tiago Duarte – PS

Transcrição:

“Senhor Presidente, muito boa noite. Permita-me que na sua pessoa cumprimente todos os presentes e todos os que nos estão a acompanhar em casa.

A proposta hoje aqui trazida pretende passar do domínio público para o domínio privado uma parcela de terreno, adjacente a uma existente e propriedade do Município.

Para se perceber o porquê desta opção, e já aqui explicado pelo Sr. Presidente da Câmara, tal necessidade está diretamente relacionada com a vontade do Município posteriormente proceder a uma troca com outro terreno nas proximidades, em cujo local se pretende instalar um parque de estacionamento periférico.

Independentemente dos passos legais que necessariamente têm que ser seguidos para estas passagens de e para domínio público e privado, e focando na solução final, o parque de estacionamento, cabe referir que a nova localização possui melhores características para a instalação de um equipamento desta natureza, permitindo um perfeito enquadramento urbano nos diversos equipamentos existentes, bem como uma boa inclusão na rede viária existente.

Foi aqui referida a preocupação do referido parque poder ser utilizado por possíveis moradores de hipotéticos prédios que serão construídos nessa área, situação que é passível de acontecer, mas que será minimizada pela necessidade obrigatória destes terem de prever estacionamento, que além das garagens deverá contemplar estacionamento público.”

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal

Transcrição:

“Obrigado, senhor Presidente. Só para ilustrar então o ponto no essencial.

O que nós estamos a propor é que a junção destas parcelas, a 1, a 2 e a 3, que totalizam perto de mil metros, depois se possa juntar à parcela que fica em branco, que está em

branco em baixo criando este triângulo, mas para juntar é preciso que elas tenham todas a mesma natureza, neste caso temos que a tornar privada, não é? Pronto. Depois de juntarmos, é isto que estamos a decidir hoje, perguntam-me porque é que está a juntar? é a favor ou contra a junção? Pronto, no meu entender acho que é uma operação simples, mas como a justificação será depois apresentada mais tarde numa outra reunião onde terá que ser decidido isto, a nossa ideia depois de termos avaliado já a nossa parcela unificada, que só será possível depois desta deliberação, fica com 3068 m2. A avaliação que pedimos e que se compreende, no meu entender, embora haja, respeite as opiniões diferentes, esta parcela para o avaliador tem o mesmo valor que esta. Aquilo que o senhor deputado aqui hoje levantou é que esta tem um valor de frente maior, mas também tem um bico que invalida a sua utilização, quer seja para construção, quer seja para estacionamento e, portanto, a sua configuração para nós não é a melhor para estacionamento e para além disso, ao encaixá-la aqui em cima aproveita já uma entrada que tem e, portanto, torna-se mais fácil instalar o estacionamento, daí a nossa proposta de propor a troca desta parcela por esta cujo proprietário terá, terá sido contactado para esse fim e compreende a nossa opção e, portanto, é esta a operação que queremos fazer a seguir. Depois, a questão do estacionamento, para quem é o estacionamento e será para prédios que irão surgir? Não sei se vão surgir aqui prédios ou não. O Mercadona não aparece porque esta Câmara não quis, no passado houve quem quisesse, esta não quis e já tivemos aqui outros pedidos para aqui de outras marcas fortes e nós não quisemos e não quisemos por um motivo muito simples, uma superfície comercial idêntica à do Continente aqui imagina o que acontece ao centro histórico e o que acontece ao comércio em Leiria e, portanto, não deixámos e para isso é importante que os donos dos terrenos tenham a noção de que nós não queremos, mas nós não podemos impedir, não é? Está aqui ao senhor da Iniciativa Liberal, a gente sabe, se o promotor aparecer com um projeto, a não ser que legalmente, agora há muita, há muitas maneiras de conseguirmos alcançar isto porque, de facto, no nosso entender, qualquer solução que venha a aparecer aqui deveria, deveria ter como preocupações aquilo que é a nossa visão de crescimento. Se me dissessem assim, gostava que tivesse aqui um hotel, gostava que tivesse habitação, precisamos de habitação, como é óbvio, temos o problema da habitação, gostava que aparecesse aqui uma residência de estudantes, quer dizer, há aqui muitas coisas que gostava que aparecesse, mas não vai depender de mim. Uma coisa sei, não vejo com bons olhos o aparecimento de uma superfície comercial aqui, de dimensão relevante, como algumas que nos vieram abordar já e que nós dissemos que não faz muito sentido porque estamos com uma tendência diferente. Portanto, esta mudança parece-me que é vantajosa não para os prédios que não sabemos se vão aparecer, nem quando, mas sendo estacionamento público é nosso, é de nós todos e do

primeiro a chegar com o carro e uma coisa é certa, é como os Capuchos, também é uma zona residencial, não é? Mas sabem onde funciona o estacionamento das pessoas que trabalham na Câmara, no centro histórico, no tribunal? É ali e também, esta aqui ainda nem habitação tem, mas no futuro mesmo que haja habitação, quem construir habitação, prédios vai ter que construir garagens e estacionamento público que se vai juntar a este que já é estacionamento público nosso, mas pode acontecer no futuro, daqui a algum tempo, começarem a construir ali prédios e quem tiver na Câmara na altura, pode dizer "agora quero pegar nesta parcela que é pública, transformá-la outra vez em privada" e até pode querer vendê-la, até pode fazer o que bem entender, pode fazer uma residência de estudantes, pode fazer o que bem entender, ficamos sempre aqui com um valor, um valor que é nosso. Para já, com a falta de estacionamento que há, vamos incluir isto como estacionamento tático a juntar ao das Olhalvas e a cumprir com aquilo que é também o nosso programa eleitoral porque dissemos que íamos criar mais bolsas de estacionamento e, portanto, tendo este terreno disponível encaixando aqui com um pequeno investimento conseguimos criar 100 lugares de estacionamento, coisa que não conseguíamos neste triângulo mais em baixo e, portanto, é essa a nossa estratégia. Muito obrigado, senhor Presidente.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 7** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria**, com **36 votos a favor** (32-PS, 3-PSD, 1-CHEGA), **1 voto contra** (1-PCP) e **11 abstenções** (8-PSD, 1-CHEGA, 1-BE, 1-IL) o **Estacionamento na zona da avenida Papa Francisco – desafetação do domínio público**.

Ponto 8 - Transferência de competências na área da saúde – Para conhecimento;

Intervenção do senhor **Presidente da Câmara Municipal**

Transcrição:

"Muito obrigado, senhor Presidente.

É uma competência que ainda não tínhamos assumido. Foi trabalhada ao longo dos últimos meses, quer dizer, não é os últimos meses, já há bastante tempo, ainda no tempo em que tínhamos outros responsáveis na área da saúde. Foi um processo de diálogo, de negociação. Chegámos a um ponto em que achávamos que não conseguíamos alcançar muito mais e o motivo que levou que avançássemos, um dos motivos que levou que avançássemos com esta aceitação é porque achamos que os equipamentos na área da saúde dentro do nosso parque de centros de saúde, com o apoio das juntas com quem já começámos a trabalhar e a discutir um modelo de manutenção idêntico ao que temos nas escolas, achamos que

devemos iniciar já esse processo, não faz sentido adiá-lo tanto mais que algumas delas já são feitas pelas juntas de freguesia. Por outro lado, alguns dos motivos, há vários motivos que fez com que uma pessoa tivesse aqui este tempo de negociação. Havia informação que não era suficiente, porque nós não temos uma noção exata de como funcionam os centros de saúde, sei lá, transportes, para terem uma ideia, os transportes associados, o pagamento de táxis, uma vez que não há viaturas, as viaturas que existem são viaturas já velhas ou não há motoristas, portanto, o transporte de enfermeiros para os tratamentos domiciliários é feito com táxis, para terem uma ideia é uma despesa que anda na ordem dos 10 mil euros por mês, portanto, e essa despesa não estava elencada e achamos que vamos conseguir fazer poupanças e prestar um melhor serviço, mas precisávamos de saber quem é que utiliza mais, se é mais na cidade, se é nas aldeias, portanto, há aqui um trabalho agora que vai ser feito com mais profundidade para que esta competência ao fim de alguns meses a gente saiba trabalhar este assunto que é uma área nova, não é? Não é nada impossível, não é nada complicado, mas obriga a algum conhecimento e depois o quem é quem, não é? Temos pessoas que vêm para cá, tem que se saber quem são as pessoas, entretanto já sabemos que algumas se reformaram, portanto, há aqui um trabalho que terá de ser feito nesta área e agora estamos mais preparados que há alguns meses atrás, algumas despesas como esta dos táxis a gente pediu, pediu, pediu, pediu, pediu, mas não conseguimos encaixar no anexo, no entanto, foi-nos garantido que a exemplo das outras áreas descentralizadas, através do portal da DGAL podemos ir introduzindo essas despesas que elas depois serão analisadas e pagas, portanto, vou fazer confiança naquilo que me disseram. Depois há outra área importante que resulta do compromisso político do Ministério da Saúde nesta área que é ao aceitar este processo também temos a grande e a forte probabilidade de, depois de termos tido um aviso que saiu a semana passada para financiar o centro de saúde em Santa Eufémia e Boavista, de podermos ter uma forte probabilidade de no próximo aviso termos mais dois centros de saúde, o centro de saúde dos Pousos e o centro de saúde da Barreira, e, portanto, para nós é um investimento importante, já tivemos muito investimento nesta área PRR, mas para nós é um conforto muito importante político a garantia de que irão ser incluídos no futuro aviso e, portanto, tudo isso pesou porque temos de ser sensíveis a uma estratégia nacional na área da saúde e dar o nosso contributo e, portanto, estamos preparados para aceitar, foi assinado o auto e, portanto, em termos legais, não é? as Assembleias tomam conhecimento desse ato, pronto, porque acho que a aceitação do auto é feita pelo órgão e portanto aqui é só para conhecimento.”

Intervenção do senhor deputado Manuel Azenha – BE

Transcrição:

"Senhor Presidente, como disse, e bem, isto era uma inevitabilidade, teria de acabar por acontecer, foi-se protelando até onde se pode. Isto é para conhecimento porque esta Lei foi mal construída desde início e partia logo desta aberração jurídica que é da Assembleia Municipal era apenas chamada para votar a não aceitação. A aceitação, essa era da competência do Executivo, e agradeço terem trazido aqui porque penso que não precisavam de ter trazido aqui esta informação para conhecimento.

Eu li atentamente a deliberação, vi o trabalho que foi feito e tenho algumas dúvidas, não são críticas, são, são mesmo dúvidas relativamente ao envelope financeiro que vai chegar, pelo menos daquele que nós para o ano de 2023, e já vamos a meio do ano, que tem aqui um valor total de 1 milhão e 41 mil que é repartido em 3 rubricas distintas, imóveis, assistentes operacionais, que penso que é o pessoal que será transferido para a Câmara Municipal, os trabalhadores, e os serviços de apoio logístico que também discriminados no auto que foi assinado pela Câmara. Agora, a minha pergunta, e isto é mesmo uma dúvida, é, nós temos 128.366 euros para 23 extensões de saúde e dois centros de saúde, um deles o dos Marrazes e eu tive a curiosidade noutra dia por acaso de estar a assistir à Assembleia de Freguesia dos Marrazes e dizia alguém bem que "é pá!120 mil se calhar não dá para recuperarmos, para fazermos as obras que são necessárias" e a minha pergunta é, tem a câmara margem de manobra para gerir este dinheiro, ou seja, ir à rubrica dos serviços de apoio logístico e coloca-la numa construção ou reparação que seja necessária do imóvel e como é que estas rubricas, como é que vão ser atribuídas para futuro? É de acordo com as necessidades que a Câmara vai apresentar? Será, é um envelope que terá, que será associado a uma outra coisa? Porque me parece relativamente à questão, a gente quando fala aqui na transferência de competências na área da saúde isto pode dar, pode dar um mau entendimento até a quem nos ouve lá em casa e pensa que a Câmara vai ficar, não a Câmara não vai poder contratar médicos, não vai poder contratar enfermeiros, a Câmara vai ficar responsável pela gestão do equipamento, vai ficar responsável pelas obras, pela construção de centros de saúde, pelo material que lá está, penso que o material médico não estará incluído, mas será isto que a Câmara irá gerir e eu pergunto-me nesse sentido e volto a repetir, será que este dinheiro para os imóveis será suficiente? Também acredito que o senhor Presidente tenha tentado negociar valores mais altos, como é óbvio, mas para já parece-me curto estes 128 mil euros para todas as extensões e centros de saúde que temos. Obrigado."

Intervenção do senhor deputado Pereira de Melo – PSD

Transcrição:

"Pereira de Melo, PSD.

Este assunto da passagem da responsabilidade dos serviços centrais para as autarquias de certas, certas funções que pertenciam aos serviços centrais é uma discussão que já se arrasta aqui nesta Assembleia há bastante tempo, pelo menos na anterior legislatura já estava. A Câmara Municipal de Leiria tomou a posição de recusar praticamente tudo no início. Que eu tenha conhecimento houve uma Câmara, que foi a da Batalha, que aceitou tudo e o que me ocorre perguntar agora é o que é que se passa com os restantes, por exemplo, a parte relativa ao domínio marítimo que havia, dos bombeiros, todas essas, a Câmara já aceitou isso tudo ou ainda continua com a possibilidade de não aceitar?

(Presidente da Câmara Municipal – Só aceitámos aquelas que já vieram à Assembleia.)

As que vieram à Assembleia, a Câmara, vinham cá à Assembleia porque a Câmara...

(Presidente da Assembleia Municipal – Sr. deputado Pereira de Melo, deixe-me só interromper. Faça a intervenção e depois no final o senhor Presidente da Câmara naturalmente responderá).

"A outra pergunta que eu tenho, falou o senhor Presidente da Câmara, falou aqui nos táxis. Os táxis são bastante mais caros que o UMTS. Pensou no UMTS, também nesse serviço ou não é possível?"

Intervenção do senhor deputado Hugo Morgado – CHEGA

Transcrição:

Boa noite. Já por diversas vezes disse aqui que pela forma como o processo de descentralização foi mal-amanhado as autarquias tornaram-se tarefas da Administração Central em áreas chatas, incómodas para aquela e que, portanto, despacham para as autarquias. Isto é tanto mais grave numa área como a saúde, absolutamente essencial para a população e com graves problemas em todo o país e em particular no concelho de Leiria. E atenção, isto não quer dizer que não sejamos a favor da descentralização, nomeadamente na área da saúde que, reitero, somos. Entendemos que as autarquias poderão ser perfeitamente capazes, aliás, até mais capazes para gerir a saúde dos seus territórios desde logo pela proximidade às reais necessidades da população e quem sabe futuramente até as próprias freguesias, pelo menos algumas. Agora, convém é que essas competências, essas tarefas em áreas tão cruciais e sensíveis como a saúde venham acompanhadas dos meios e das verbas necessárias e suficientes, do que sinceramente temos sérias dúvidas e o que manifestamente as mais das vezes não acontece noutros domínios, aliás, como o executivo municipal tem reconhecido nos anos transatos em que não aceitou esta transferência de competências na área da saúde. Por isso, duas perguntas concretas ao executivo. A primeira já foi tendencialmente respondida, se o Presidente quiser concretizar ou acrescentar algo mais que é, o que é que mudou para que agora o executivo municipal

esteja em condições de aceitar a transferência de competências da saúde a partir de 1 de julho de 2023? Como foi dito pelo senhor Presidente é uma área nova e estamos mais preparados do que há alguns meses atrás, de que forma? Como? em que medida? Pode este executivo municipal garantir que irá dispor de todos os meios necessários e suficientes para fazer face e responder às competências que agora receberá na área da saúde? Sabe o que terá de fazer? Pergunto se pode garantir que as verbas serão suficientes para tal. Bem sei que ouve-se muitas vezes, é uma retórica comum na política que os meios não são suficientes ou nunca são suficientes. Peço que se ultrapasse essa retórica e que se responda e mais importante que responda aos leirienses. Muito obrigado.”

Intervenção do senhor deputado Paulo Pedro - PS

Transcrição:

“Mais uma vez boa noite a todos. Paulo Pedro, Partido Socialista.

Deixem-me começar por vos dizer que fizemos muito bem, fez o Executivo e fez a Assembleia Municipal da altura, isto em 1920, em ter rejeitado, peço desculpa, 2020, peço muita desculpa. Fizemos muito bem nessa data ter rejeitado a transferência de competências, por uma razão simples, já toda a gente sabia, não havia efetivamente informação suficiente, não havia discussão, não havia conhecimento e também, e é importante que se diga isto, nessa altura houve aqui grandes equívocos acerca dessa situação. Não ganhávamos nada em termos de funcionamento dos centros de saúde, das extensões de saúde porque não tínhamos, não iríamos ter o domínio dos médicos, dos enfermeiros e do pessoal administrativo e, portanto, não íamos conseguir abrir, contrariamente àquilo que se disse na altura nesta Assembleia, não íamos conseguir abrir nenhum posto médico que estivesse encerrado por falta desses profissionais. Portanto, queria deixar aqui explícito, só complementando aquilo que o deputado Manuel Azenha disse, efetivamente não vai resolver todos os problemas, ninguém se iluda que vamos resolver o problema da falta de profissionais nos serviços de saúde, o Manuel Azenha falou, o deputado Manuel Azenha falou nos médicos e nos enfermeiros e eu acrescento os administrativos que acho que são muito importantes porque faltando administrativos fecham o centro de saúde. Agora fico, de certa maneira, preocupado porque na altura, em 2020, nomeadamente em 10/11, na reunião de Câmara os então, eu tenho algum receio de me enganar, mas na altura eram vereadores do PSD, hoje é que já tenho dúvidas se me engano, mas os vereadores votaram contra a recusa da aceitação, ou seja, queriam que se aceitasse sem qualquer dúvida a transferência de competências, o mesmo se passou na Assembleia, aqui na Assembleia em 14/12/2020 em que alguns deputados do grupo do PSD defendiam isso mesmo sem qualquer reserva e até incluindo o erro de que, de que a não-aceitação continuaria a manter postos médicos fechados quando sabemos claramente

que isso não era verdade. Portanto, neste espaço de tempo a Câmara conseguiu muito mais dados que não tínhamos na altura para poder aceitar esta competência assim como conseguiu aumentar o tal envelope financeiro. Agora, parece-me estranho que nesta fase alguns dos mesmos elementos que criam à força que se aprovasse naquela altura e que era um crime não aprovar a transferência de competências tenham dito, e ouviu-o na comunicação social, que têm dúvidas se a Câmara é capaz, se a Câmara não perderá dinheiro. Então na altura, em 2020, não havia dúvidas, tínhamos que aceitar e a Câmara foi criminalizada, entre aspas claro, por não ter feito. Hoje, já temos dúvidas, hoje que a Câmara aceita e que está numa posição diferente para aceitar já temos dúvidas acerca dessa aceitação e ouvi isso na comunicação social. Portanto, acho que fez muito bem em aceitar agora e não ter aceite em 2020 e disse! Era só, obrigado.”

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal

Transcrição:

"Muito obrigado. Só para tentar então aqui responder às questões dos senhores deputados, em especial a questão do envelope financeiro como foi dito, portanto, o envelope financeiro tem como cálculo o histórico e, portanto, há muita despesa que é assumida até pelas próprias juntas e pela própria Câmara que nós gostaríamos de ser, que deveriam ser incluídas, vou dar o exemplo, a manutenção do espaço exterior, muitas vezes é a junta que faz é a Câmara que faz, portanto, devia ser valorizado de alguma maneira essa despesa, a questão dos transportes, as questões relacionadas com algumas despesas além de deslocação de manutenção porque há alguns equipamentos que estão muito desgastados. No fundo, a base negocial foi essa, à medida que temos centros de saúde arrançados as despesas de manutenção baixam, portanto, entra no período de garantia da obra, portanto, podemos até poupar daí ao termos agora centros de saúde novos a questão da manutenção já não se aplica tanto, bem, portanto, eles dividem isto por estas rubricas que temos que respeitar, não é? Para os imóveis 128 mil euros, é este o montante que vamos trabalhar com as juntas de freguesia, para repassar, para fazer as tais manutenções dos centros de saúde, os assistentes operacionais, há uma lista de pessoas que geralmente são pessoas ligadas à limpeza e à segurança, e naqueles onde não há assistentes operacionais, que é a grande maioria, geralmente há contratos associados que são os tais contratos de serviços de apoio logístico que incluem o quê? Incluem sobretudo os serviços de limpeza, todos esses equipamentos precisam de ser limpos todos os dias como devem imaginar, portanto, é feito por empresas contratadas, ou empresa ou empresas, não faço ideia se é uma ou se é mais do que uma, e muitas delas também têm segurança, sobretudo os grandes, portanto, os contratos de segurança também são transferidos, e os contratos de energia, portanto, o pagamento da fatura da luz, da eletricidade e do gás passa para a Câmara

também e é com este dinheiro, com os 716 mil euros. Não passa a despesa com a água, pronto, eles devem pensar assim "bem, a água é deles, portanto aquilo é de borla", pronto, estou a olhar para si, mas é só, peço desculpa o aparte, mas eu...

(Presidente da Assembleia Municipal – o meu poder de isenção, naturalidade e imparcialidade obriga-me a ficar).

... mais do que isto não conseguimos e pronto. E para dizer que os 128 mil euros para fazer manutenção acho que vai ser curto, vamos colocar mais, mas também tenho uma coisa, tenho a certeza, no final do mandato destes dois anos, os nossos centros de saúde vão ficar muito melhores com a ajuda das juntas, fizemos isto com as escolas e ao fim de 4 anos do mandato o nosso parque escolar ficou impecável e, portanto, muitas dessas obras já são feitas pelas juntas e agora imaginem com mais dinheiro a gente vai mudando mobiliário, vai mudando as caixilharias, vamos começando a fazer algum investimento e acho que vamos ter a nossa rede de centros de saúde bastante melhorada. Muito obrigado, senhor Presidente."

A Assembleia Municipal de Leiria **tomou conhecimento.**

Ponto 9 – Juntas de Freguesia

Intervenção do senhor Presidente da Assembleia Municipal

Transcrição:

"Muito obrigado, senhor Presidente da Câmara.

Vamos então agora passar ao Ponto nº 9 que tem 13 pontos. Eu vou fazer uma sugestão que se for aceite, eles são diversos, são diferentes, convenhamos são diferentes. O ponto 9.1 é diferente do ponto 9.2, depois do ponto 9.3 até ao ponto 9.11 são praticamente os mesmos pontos porque são contratos interadministrativos e têm a ver com um programa que é o programa "Viver Freguesias", depois o ponto 9.12 e 9.13 são também diferentes, mas eu proponha, sugeria o seguinte, sugeria que se discutissem em conjunto, enfim, que cada senhor deputado depois fizesse a sua interpelação relativamente aos pontos, aos diferentes sub pontos que entendesse e depois votar-se-iam em separado sendo que este bloco do 9.3, se estiverem de acordo, do 9.3 até ao 9.11 se poderia votar em bloco, em conjunto. Assim sendo eu dava a palavra ao senhor Presidente da Câmara para fazer uma abordagem generalizada e depois aos senhores deputados. Faz favor, senhor Presidente".

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal

Transcrição:

"Muito obrigado, senhor Presidente.

No essencial, a exemplo do que temos feito noutras reuniões de Assembleia, todos os apoios às juntas têm que ser deliberados neste órgão, portanto, o que estamos aqui a propor é a atribuição de vários apoios, o 9.1 é à freguesia de Amor, no que diz respeito à alteração das candidaturas que tinham previsto na área da despesa corrente e de capital e, portanto, nós trazemos quer a aprovação inicial quer sempre que há uma pequena alteração também vem cá, portanto, neste caso tem a ver com a freguesia de Amor, com as obras que se propõe fazer no seu património, a do Arrabal, que tem um contrato interadministrativo, aqui já não é apoio é um contrato interadministrativo, portanto, são intervenções, investimentos que são feitos naquilo que é propriedade do Município, património do Município e aqui tem a ver com uma verba que foi apurada tendo em conta o facto da freguesia do Arrabal ter um parque eólico na freguesia, portanto, há uma verba que a Câmara recebe e, portanto, e que combinámos com as juntas das Cortes e do Arrabal transferir esse dinheiro para eles, uma parte e, portanto, mas com o compromisso de fazerem obra no espaço municipal e, portanto, há aqui uma adenda a esse apoio. Um contrato interadministrativo então do 9.3 para a frente na freguesia de Amor, no âmbito do programa "Viver Freguesias". O "Viver Freguesias" é uma iniciativa que visa que cada freguesia consiga, a exemplo daquilo que se faz na cidade, ter um espaço público melhorado naquilo que é a zona mais central ou mais visível ou mais visitável da freguesia, geralmente estamos a falar de praças, zonas de entrada nas freguesias, nas vilas, nos principais aglomerados urbanos para poder ter um desenho urbano mais moderno, mais confortável, com uma iluminação pública melhorada, com mais segurança rodoviária, com melhoria do mobiliário urbano e, portanto, aquilo que assistimos na reabilitação urbana das cidades podê-lo fazer também nas aldeias e, portanto, engendramos este projeto, pronto, e hoje vimos aqui trazer as propostas que as freguesias encontraram, portanto, no caso do Arrabal, todas elas irão receber um valor aproximado de 20 mil euros, não é muito dinheiro, mas é a 1ª experiência que estamos a... hã? 40? Mas está aqui Amor, são só 19 pelos vistos, é porque é uma praça mais pequenina. Todas as outras são à volta de 39.995, é tudo ali, no caso de Amor é só 19 mil, mas as outras quase todas chegam aos 40 e, portanto, no caso de Amor a intervenção é na praça da rua padre Joaquim Gonçalves Magalhães, ou Margalhau. No caso do 9.4 é no Arrabal, a intervenção é de embelezamento de espaços públicos de várias entradas da freguesia, portanto, aqui optou por distribuir pelos diversos lugares, na Bidoeira é a requalificação do largo da feira, na freguesia da Caranguejeira é a requalificação da praceta que existe em Caldelas, no caso do Coimbrão é a construção de uma ilha ecológica urbana na rua Nossa Senhora de Fátima, nos Milagres é a requalificação da rotunda Manuel Francisco Maio, no Souto da Carpalhosa e Ortigosa é a colocação de imagem identificativa da localidade na rotunda da Charneca do nicho e requalificação do

largo Santíssimo Salvador, no Souto da Carpalhosa, Nas Colmeias e Memória é a realização de obras no parque de São Silvestre, na freguesia de Marrazes e Barosa é a requalificação do jardim das Oliveiras, no bairro das Almoínhas e pronto. Depois vem o 9.13, que já não tem a ver com este projeto "Viver Freguesias", é um contrato interadministrativo com os Marrazes e Barosa que é uma adenda e, portanto, termina assim os pontos com as freguesias.

Intervenção da senhora deputada Joana Cartaxo – PCP

Transcrição:

"Então muito boa noite, novamente. Joana Cartaxo, PCP.

Eu vou tentar então aqui dividir conforme o senhor Presidente sugeriu aqui os pontos. Em relação ao ponto 9.1, portanto, nós queremos obviamente sem pôr em causa a necessidade do investimento que está aqui, dos investimentos que estão aqui a ser mencionados e também não pondo em causa a boa vontade dos órgãos da freguesia de Amor, não podemos concordar com a figura do chamado apoio. A requalificação das instalações sanitárias do edifício do polo de saúde de Amor é da competência transferida para os municípios, que ainda há pouco falámos e, portanto, face ao exposto a figura jurídico administrativa adequada é delegação de competências através do contrato interadministrativo, portanto, votamos contra por ter sido decidido por uma figura incorreta e que tem como consequência um menor controlo municipal e menos transparência. Em relação aos pontos 9.2 a 9.13. e nós íamos aqui fazer uma proposta, enfim, para, para, para colocar estes pontos numa próxima sessão isto porquê? Porque, como já aqui viemos falar é obrigatório e todos aqui também sabemos os ditos estudos prévios para que seja, de facto, portanto, de facto defendido aqui o interesse público relativamente a esta, a esta figura jurídica que se coloca aqui nestes, nestes pontos e a verdade é que, e já agora aproveito para questionar o senhor Presidente nos considerandos dos respetivos contratos, nomeadamente na alínea f, passo a cita "...de acordo com o estudo promovido pelo município de Leiria nos termos para os efeitos do disposto do nº 3 do artigo 115º anexo I à Lei 75/2013, de dezembro, 12 de setembro na sua atual redação a gestão e manutenção do espaço público fica mais bem acautelada se delegada nas freguesias ou união de freguesia em virtude de se encontrar mais perto das populações e por isso mais conhecedora das necessidades e prioridades associadas a esta matéria. Nós estamos completamente de acordo com isto, mas legalmente a câmara é obrigada a dar-nos estes estudos para nós podermos analisar conforme já viemos aqui várias vezes apelar a esta, enfim, a ter acesso a esta informação e o senhor Presidente diz "ah, mas se quiserem ter acesso podem pedir previamente", não é essa a questão que se coloca aqui, é uma questão de obrigatoriedade e, portanto, obviamente que está aqui também plasmada mais uma vez, enfim, o pouco respeito que

temos aqui na questão de, de, portanto, de dar os documentos adequados para nós estudarmos as matérias e virmos aqui com responsabilidade votarmos em cada uma das situações, portanto, vamos ser, obviamente, obrigados, e eu lamento imenso e sei que muitos presidentes de junta vêm muitas vezes falar comigo e dizer não percebemos a vossa posição, mas é meramente uma posição de obrigatoriedade legal e, portanto, nós obviamente que valorizamos e lutamos pela dignificação das freguesias e, portanto, achamos que este trabalho de dignificação entre os municípios e as freguesias tem que ser obviamente colaborativo, mas nomeadamente fazendo uso do mecanismo delegação de competências da câmara, de câmaras municipais das juntas de freguesia, no entanto, a Lei-quadro obriga a um conjunto de procedimentos para poder efetivar os contratos interadministrativos, entre os procedimentos está a negociação com o parecer negocial iniciado e a elaboração do estudo prévio para a fundamentação da opção de delegação de competências para as freguesias, nós não temos acesso a estas informações e, portanto, o município de Leiria continua a não cumprir a lei, continua a fazer tábua rasa mais uma vez ao relatório da Inspeção-Geral das Finanças, já discutido nesta Assembleia, portanto, desta forma, infelizmente, continuamos a ser obrigados a votar contra pelo facto de não termos acesso a estas informações. Muito obrigada.”

Intervenção do senhor Presidente da Assembleia Municipal

Transcrição:

"Muito obrigado, senhor Presidente.

Portanto, eu respeito essa obrigação de votar contra, pronto, não é? Geralmente gosto que as pessoas não fiquem obrigadas a nenhuma e que votem em consciência, pronto, e acho que é um ato de liberdade votarem, não um ato de obrigação ter de votar qualquer coisa e nós não estamos a obrigar a nada, nem ninguém, de facto, é um princípio que esta câmara introduziu no seu modelo de gestão e de organização e de investimento que passa por colocar uma parte importante do seu orçamento nas juntas de freguesia e no associativismo com o objetivo de cumprir uma missão pública, pronto, e é essa, essa tem sido a nossa maneira de governar e com sucesso porque não me parece que nestas intervenções todas, nas diversas pracetas que fosse viável a câmara fazê-la no prazo de um ano, portanto, não é preciso grandes estudos, basta ser prático, portanto, nós com isto conseguimos fazer obras de 40 mil euros em cada freguesia porque efetivamente elas vão empenhar-se em fazê-las melhor do que a câmara, mais rápido e com mais sucesso e mais baratas porque algumas até vão passar os 40 mil, que já me disseram, vão lá colocar dinheiro da própria junta. Portanto, estou de consciência tranquila e acho que, de facto, há aqui um voto, quando se faz isto faz-se um voto de confiança no autarca que tem a legitimidade popular do voto e que está, e que no fundo está a entrar num programa que é um desafio do

município e que teve uma aceitação, teve esta situação, tivemos vários meses a preparar é a 1ª edição, para o ano ou encontraremos novas praças ou ela evolui porque também queremos, a exemplo do que fizemos nas escolas, a exemplo do que estamos a fazer noutras áreas como os lotes para arranjar estradas do concelho onde hoje, felizmente, ao fim de tantas intervenções nos asfaltos ao longo dos últimos anos já temos estradas muito melhor do que tínhamos há 10 anos atrás e o nosso objetivo é que também daqui a uns anos as nossas aldeias todas elas tenham também uma ilha ecológica, não é só no Marquês de Pombal ou nas avenidas da cidade, também têm o direito a ter uma ilha ecológica em que o lixo fique enterrado, outros que possam ter oportunidade de ter mobiliário urbano de lazer ou contemplação como nós temos também em alguns pontos da nossa cidade e a melhor maneira de fazer isto é apostando neste tipo de contratos interadministrativos. Muito obrigado.”

Ponto 9.1 - Atribuição de Apoio às Freguesias e União das Freguesias do Concelho de Leiria – Alteração das candidaturas dos apoios de despesas correntes e despesas de capital – Freguesia de Amor - Apreciação, discussão e votação;

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 9.1** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria**, com **46 votos a favor** (31-PS, 11-PSD, 2-CHEGA, 1-BE, 1-IL), **1 voto contra** (1-PCP) e com a ausência do senhor Presidente da Freguesia de Amor, a **Atribuição de Apoio às Freguesias e União das Freguesias do Concelho de Leiria – Alteração das candidaturas dos apoios de despesas correntes e despesas de capital – Freguesia de Amor**.

Ponto 9.2 - Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de Leiria e a Freguesia de Arrabal para a promoção de desenvolvimento sustentável - 2.ª adenda - Apreciação, discussão e votação;

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 9.2** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria**, com **46 votos a favor** (31-PS, 11-PSD, 2-CHEGA, 1-BE, 1-IL), **1 voto contra** (1-PCP) e com a ausência da senhora Presidente da Freguesia do Arrabal, a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente ao **Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de Leiria e a Freguesia de Arrabal para a promoção de desenvolvimento sustentável - 2.ª adenda**.

Ponto 9.3 - Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Freguesia de Amor no âmbito do programa “Viver Freguesias” - Apreciação, discussão e votação;

Intervenção do senhor **Presidente da Câmara Municipal**

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 9.3** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria**, com **46 votos a favor** (31-PS, 11-PSD, 2-CHEGA, 1-BE, 1-IL), **1 voto contra** (1-PCP) e com a ausência do senhor Presidente da Freguesia de Amor, a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente ao **Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Freguesia de Amor no âmbito do programa “Viver Freguesias”**.

Ponto 9.4 - Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Freguesia de Arrabal no âmbito do programa “Viver Freguesias” - Apreciação, discussão e votação;

Intervenção do senhor **Presidente da Câmara Municipal**

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 9.4** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria**, com **46 votos a favor** (31-PS, 11-PSD, 2-CHEGA, 1-BE, 1-IL), **1 voto contra** (1-PCP) e com a ausência da senhora Presidente da Freguesia do Arrabal, a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente ao **Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Freguesia de Arrabal no âmbito do programa “Viver Freguesias”**.

Ponto 9.5 - Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Freguesia de Bidoeira de Cima no âmbito do programa “Viver Freguesias” - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 9.5** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria**, com **46 votos a favor** (31-PS, 11-PSD, 2-CHEGA, 1-BE, 1-IL), **1 voto contra** (1-PCP) e com a ausência do senhor Presidente da Freguesia de Bidoeira de Cima, a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente ao **Contrato Interadministrativo de delegação de competências**

entre o Município de Leiria e a Freguesia de Bidoeira de Cima no âmbito do programa “Viver Freguesias”.

Ponto 9.6 - Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Freguesia da Caranguejeira no âmbito do programa “Viver Freguesias” - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 9.6** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria**, com **46 votos a favor** (31-PS, 11-PSD, 2-CHEGA, 1-BE, 1-IL), **1 voto contra** (1-PCP) e com a ausência da senhora Presidente da Freguesia da Caranguejeira, a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente ao **Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Freguesia da Caranguejeira no âmbito do programa “Viver Freguesias”**.

Ponto 9.7 - Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Freguesia de Coimbrão no âmbito do programa “Viver Freguesias” - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 9.7** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria**, com **46 votos a favor** (31-PS, 11-PSD, 2-CHEGA, 1-BE, 1-IL), **1 voto contra** (1-PCP) e com a ausência do senhor Presidente da Freguesia do Coimbrão, a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente ao **Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Freguesia de Coimbrão no âmbito do programa “Viver Freguesias”**.

Ponto 9.8 - Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Freguesia de Milagres no âmbito do programa “Viver Freguesias” - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 9.8** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria**, com **46 votos a favor** (31-PS, 11-PSD, 2-CHEGA, 1-BE, 1-IL), **1 voto contra** (1-PCP) e com a ausência do senhor Presidente da Freguesia de Milagres, a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente ao **Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre**

o Município de Leiria e a Freguesia de Milagres no âmbito do programa “Viver Freguesias”

Ponto 9.9 - Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a União das Freguesias de Souto Carpalhosa e Ortigosa no âmbito do programa “Viver Freguesias” - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 9.9** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria**, com **46 votos a favor** (31-PS, 11-PSD, 2-CHEGA, 1-BE, 1-IL), **1 voto contra** (1-PCP) e com a ausência do senhor Presidente da União das Freguesias de Souto da Carpalhosa e Ortigosa, a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente ao **Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a União das Freguesias de Souto Carpalhosa e Ortigosa no âmbito do programa “Viver Freguesias”**

Ponto 9.10 - Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a União das Freguesias de Colmeias e Memória no âmbito do programa “Viver Freguesias” - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 9.10** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria**, com **46 votos a favor** (31-PS, 11-PSD, 2-CHEGA, 1-BE, 1-IL), **1 voto contra** (1-PCP) e com a ausência do senhor Presidente da União das Freguesias de Colmeias e Memória, a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente ao **Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a União das Freguesias de Colmeias e Memória no âmbito do programa “Viver Freguesias”**

Ponto 9.11 - Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a União das Freguesias de Marrazes e Barosa no âmbito do programa “Viver Freguesias - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 9.11** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria**, com **46 votos a favor** (31-PS, 11-PSD, 2-CHEGA, 1-BE, 1-IL), **1 voto contra** (1-PCP) e com a ausência do senhor Presidente da União das Freguesias de Marrazes e Barosa, a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente ao **Contrato Interadministrativo de delegação de**

competências entre o Município de Leiria e a União das Freguesias de Marrazes e Barosa no âmbito do programa “Viver Freguesias

Ponto 9.12 - Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a União das Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes no âmbito da execução de obras diversas – Adenda n.º 11 - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 9.12** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria**, com **46 votos a favor** (31-PS, 11-PSD, 2-CHEGA, 1-BE, 1-IL), **1 voto contra** (1-PCP) e com a ausência do senhor Presidente da União das Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes, a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente ao **Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a União das Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes no âmbito da execução de obras diversas – Adenda n.º 11**.

Ponto 9.13 - Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a União das Freguesias de Marrazes e Barosa no âmbito da execução de obras diversas – Adenda n.º 8 - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 9.13** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria**, com **46 votos a favor** (31-PS, 11-PSD, 2-CHEGA, 1-BE, 1-IL), **1 voto contra** (1-PCP) e com a ausência do senhor Presidente da União das Freguesias de Marrazes e Barosa, a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente ao **Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a União das Freguesias de Marrazes e Barosa no âmbito da execução de obras diversas – Adenda n.º 8**.

Ponto 10 – Regulamentos:

Intervenção do senhor deputado **Manuel Azenha – BE**

Transcrição:

"Senhor Presidente, nós estamos a chegar a passos largos ao Ponto 10.3, e para dar tempo também ao senhor Presidente, eu gostaria de sugerir a retirada deste ponto por uma questão de procedimento que eu passo a explicar, não é líquido, não é líquido, há várias

Interpretações jurídicas sobre se a aprovação deste regulamento de atribuição de subsídios aos médicos, não estou a discutir o ponto em si, não estou a falar da bondade do ponto ou de qualquer modo da aprovação do mesmo não, mas não é líquido se este ponto estaria ou não ao abrigo do Art.º 100º do Código de Processo Administrativo, ou seja, se seria ou não sujeito a consulta pública. Caso este ponto não esteja de acordo, ou seja, se este regulamento tivesse que ser sujeito a consulta pública há o perigo, vamos chamar-lhe assim, de cada um de nós enquanto deputados municipais podermos ser responsáveis financeiramente e pessoalmente pela aprovação deste ponto e é nesse sentido que eu gostaria que o senhor Presidente da Câmara daqui até a discussão do ponto ponderasse porque pode até pôr em causa, pode até pôr em causa uma eventual aprovação ou não aprovação do ponto em si que pusesse em causa a retirada deste ponto e a passagem do mesmo para outra Assembleia. Muito obrigado.”

Intervenção do senhor Presidente da Assembleia Municipal

Transcrição:

“Muito bem, muito obrigado, senhor deputado. Vou passar a passar a palavra ao senhor Presidente da Câmara. Só lembrar de uma coisa que este ponto indo para audição pública, por assim dizer, terá que passar e muito bem para setembro porque a Assembleia extraordinária, a realizar-se eventualmente alguma Assembleia extraordinária não tem o prazo dos 30 dias como é óbvio, mas vou dar a palavra ao deputado Paulo Pedro. Estou-lhe a dar o último lugar. E o senhor deputado Carlos Poço também, pronto, deputado Carlos Poço que se inscreveu primeiro, deputado Carlos Poço faz favor.”

Intervenção do senhor deputado Carlos Poço - PSD

Transcrição:

“Senhor Presidente, é também na condução dos trabalhos sobre o Ponto 10.3, a proposta não é pelas razões apresentadas pelo Bloco de Esquerda, são diferentes. No nosso ponto de vista trata-se de um ponto com muito mérito, que nos agrada, deixamos já aqui a nossa posição sobre ele, mas sobre o regulamento temos inúmeras dúvidas. O regulamento tem muitas falhas, tem muitos problemas e nós entendemos que seria preferível adiar esta decisão, esta discussão e vir um regulamento com pés e cabeça.”

Intervenção do senhor deputado Paulo Pedro - PS

Transcrição:

Boa noite a todos mais uma vez. Paulo Pedro pelo Partido Socialista. Muito rapidamente, eu acho que este ponto que deve ser discutido hoje por uma única razão, vários municípios, dezenas de municípios já têm este regulamento aprovado e em vigor e eu parece-me que é importante que o Município de Leiria dê este passo, independentemente de ele entrar, ele só entrará em vigor depois da publicação em Diário

da República, independentemente de fazermos um compasso de espera com a sua publicação é importante que o Município de Leiria dê este passo porque podemos discutir isso daqui a pouco e daqui a pouco vou intervir, mas eu aquilo que eu queria aqui dizer é que não concordo que ele seja retirado, a não ser que que o senhor Presidente da Câmara assim o entenda, mas não concordo que ele seja hoje retirado da ordem de trabalhos. Obrigado.”

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal

Transcrição:

“Muito obrigado, senhor Presidente.

A questão da participação pública e discussão pública do documento, nós fizemos uma consulta, naturalmente, ao Conselho Municipal de Saúde, é uma parte importante dos interessados, está ali representado, no entanto, para que não restem dúvidas sobre este ponto da questão da consulta pública e porque efetivamente o próximo período de colocação de professores será (Presidente Assembleia Municipal - de médicos), de médicos será em setembro teremos tempo de, de, de colocar em discussão pública, de receber os contributos dos senhores deputados do PSD para nos explicarem o que é que é ter um regulamento com pés e cabeça, que é uma figura interessante, estou a olhar para, gostava de imaginar o que é que é esse tipo de regulamento, se calhar vinha a pé até aqui abaixo e, portanto, pode, estaremos disponíveis para, para receber esses contributos ainda sem prejuízo daquilo que é aquele período que podemos utilizar para o seu objetivo principal que é tornar o nosso território mais atrativo para fixar médicos, novos médicos no concelho e, portanto, ficaria retirado o ponto.”

Intervenção do senhor Presidente da Assembleia Municipal

Transcrição:

Muito bem, obrigado, senhor Presidente. Retiramos então o Ponto 10.3 ficando esse ponto para uma Assembleia ordinária em setembro e passamos então ao Ponto 10.1 e Ponto 10.2 que são pontos diferentes também, mas que têm a ver com regulamentos. Eu sugeria, se me permitissem, também uma discussão conjunta embora os pontos sejam diferentes, possam fazer alusão diferente aos diferentes pontos e dava a palavra ao senhor Presidente da Câmara.”

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal

Transcrição:

“Obrigado. Portanto, o Regulamento do Concurso Internacional de Composição de Música de Leiria, Jazz e Música Erudita, portanto, é um regulamento que tem como objetivo a promoção cultural nesta área específica inserido naquilo que é também a nossa distinção que Leiria tem pela UNESCO como cidade criativa da música e um outro Regulamento

referente à Atribuição de Benefícios Sociais aos Bombeiros Voluntários do concelho de Leiria, que tem como principal objetivo incentivar, apoiar o voluntariado na área dos bombeiros em virtude de tornar também o sistema mais atrativo para, para novos bombeiros voluntários das nossas corporações e também para no fundo reconhecer aquilo que é o trabalho dos bombeiros dando-lhe aqui uma distinção, um apoio em termos de benefícios sociais por terem esta missão tão nobre. Muito obrigado.”

Intervenção da senhora deputada Joana Cartaxo – PCP

Transcrição:

“Boa noite, novamente, Joana Cartaxo.

É muito simples e muito rápido. Nós, claro que vamos votar a favor no Ponto 10.1 e no Ponto 10.2, ainda assim queríamos deixar aqui uma nota que este assunto, nomeadamente o 10.1, portanto, o regulamento relativamente aos benefícios sociais para os bombeiros voluntários e achamos e concordamos que tanto voluntários como Sapadores devem, de facto, ser bem beneficiados e recompensados pelo seu trabalho louvável, não há dúvida, no entanto, consideramos que este assunto não pode e nem devia ser resolvido município a município, mas sim impõe-se claramente, e já o dissemos aqui uma vez, alterar o estatuto social do bombeiro e esta é uma decisão e uma resolução que deve ser tomada a nível central e, portanto, achamos que neste caso é prejudicial àquilo que é o estatuto social do bombeiro atual. Muito obrigado.”

Intervenção do senhor deputado Hugo Morgado - CHEGA

Transcrição:

“Boa noite.

Desde logo, a primeira crítica que fazemos é que este regulamento exclui os outros bombeiros, os municipais ou sapadores. Para o CHEGA não há bombeiros mais ou menos importantes, todos merecem e precisam do nosso maior respeito e reconhecimento e é disto que os bombeiros precisam, de reconhecimento por parte do executivo municipal e não de meros benefícios sociais, com todo o respeito. Se querem efetivamente reconhecer e apoiar os bombeiros, e devem-no fazer, dêem-lhes mais meios, mais condições para levarem a cabo a sua missão e citando alguns bombeiros com quem conversei a este respeito, dêem-lhes mais rendimento, mais dinheiro nos bolsos usando as palavras dos próprios, é disso que eles precisam. Os bombeiros, quem conheça a realidade dos bombeiros, daqueles homens e mulheres, nomeadamente os voluntários, sabem que eles não têm tempo para ir a museus ou outros eventos culturais ou sequer às piscinas, dito pelos próprios também. Também não me parece correto obrigar os bombeiros a pagar de adiantado, a avançar com o dinheiro que não têm para depois virem pedir o reembolso num processo burocrático que à partida desincentivará a muito boa gente. Porque não criar,

por exemplo, um cartão bombeiro se quisermos que lhes dê desconto imediatos ou isenções logo no momento sem estarem a adiantar dinheiro que tanta falta lhes faz para depois o vir pedir de volta? Hoje em dia, com toda a tecnologia ao dispor, não me parece muito difícil adotar esta solução e isto, nos tais eventos culturais, nos transportes públicos, nos combustíveis, etc., etc. Outra situação relatada pelos bombeiros, pelos homens e pelas mulheres, e não pela instituição em si é o problema nas vagas para os filhos nas creches e os custos do ATL. Acabam muitas vezes por estarem indisponíveis para a sua missão porque têm de ficar com os filhos, o que se agrava consideravelmente se ambos forem bombeiros. Se uma das coisas que caracteriza os bombeiros é a sua prontidão e disponibilidade permanentes para ajudar o outro temos de lhes dar as condições para tal, o que não vemos neste regulamento. O único mérito que vemos neste regulamento, é realmente a relação equilibrada entre custo e benefício onde o custo é reduzido e o benefício também. Ainda assim votaremos a favor porque o pouco por mais irrisório que seja é sempre melhor que nada. Muito obrigado.”

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal

Transcrição:

“Não tenho muito a acrescentar, o regulamento tem estas características, pode vir a ser sempre melhorado no futuro, eles são evolutivos, portanto, é um 1º passo, não significa que não se acrescente mais benefícios, vários incentivos, a verdade é que agora há um regulamento com estes objetivos e no futuro podemos corrigir e acrescentar e até podemos criar, de facto, condições mais robustas para poder equilibrar não financeiramente, como é óbvio, não podemos dar dinheiro aos bombeiros diretamente porque não é essa a nossa, não o podemos fazer, mas como disse este é um passo que acho que é importante e havemos depois ao longo dos anos ir melhorando este regulamento. Muito obrigado.”

Ponto 10.1 - Projeto de Regulamento de Atribuição de Benefícios Sociais aos Bombeiros Voluntários do Concelho de Leiria - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 10.1** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por unanimidade** a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente ao **Projeto de Regulamento de Atribuição de Benefícios Sociais aos Bombeiros Voluntários do Concelho de Leiria.**

Ponto 10.2 - Regulamento do Concurso Internacional de Composição Musical de Leiria - Jazz e Música Erudita - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Ponto 10.2** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria**, com **47 votos a favor** (32-PS, 11-PSD, 2-CHEGA, 1-BE, 1-PCP) e **1 abstenção** (1-IL), a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente ao **Regulamento do Concurso Internacional de Composição Musical de Leiria - Jazz e Música Erudita**.

Ponto 10.3 - Regulamento Municipal de Atribuição de Incentivos à Fixação de Médicos de Medicina Geral e Familiar e Médicos Especialistas Hospitalares no Concelho de Leiria - Apreciação, discussão e votação;
PONTO RETIRADO.

De seguida foram colocados a votação os pontos 2 a 10.2 da Ordem de Trabalhos, tendo a Assembleia Municipal de Leiria **deliberado por unanimidade** a sua aprovação em minuta, de acordo com o ponto 3 do Art.º 57º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro.

ENCERRAMENTO

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo senhor Presidente da Assembleia, encerrada a sessão, eram **01h00** horas.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte a gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva sessão, nos termos do disposto no artigo 60.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Catarina Isabel dos Santos Clemente, que a elaborei nos termos legais.

APROVAÇÃO DA ATA

De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Leiria, em sua sessão ordinária realizada no dia 26 de setembro de 2024, deliberou **por unanimidade**, **aprovar a ata**.

O Presidente da Assembleia Municipal de Leiria
António Lacerda Sales

A Técnica Superior
Catarina Isabel dos Santos Clemente